

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS  
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO  
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

**Reunião n.º 41**

(Sem revisão final)

11 de abril de 2019

(17 h 23 m – 21 h 42 m)

**Ordem do dia:**

Audição do ex-Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa Nacional,  
Tenente-General António Martins Pereira

**Presidente da Comissão:** Filipe Neto Brandão

**Deputados:**

Jorge Machado (PCP)

Joana Barata Lopes (PSD)

Maria da Luz Rosinha (PS)

João Vasconcelos (BE)

António Carlos Monteiro (CDS-PP)

Ascenso Simões (PS)

Berta Cabral (PSD)

NOTA: A parte da audição que foi realizada à porta fechada encontra-se entre as páginas 114 e 123.

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Vamos, então, iniciar mais uma audição no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar ocorrido em Tancos.

*Eram 17 horas e 23 minutos.*

Hoje temos connosco a presença do Sr. Tenente-General António Martins Pereira, a quem saúdo. Vem requerida a sua presença e depoimento na qualidade de ex-Chefe de Gabinete do Sr. Ministro da Defesa Nacional. Acompanha-o o seu ilustre mandatário, o Dr. Francisco Baptista, a quem quero igualmente saudar e agradecer a presença.

Nos termos regimentais, hoje competirá ao Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, através do Sr. Deputado Jorge Machado, iniciar as inquirições, o que fará na sequência de uma pequena declaração inicial do Sr. Tenente-general, que referiu pretender fazer uso dessa prerrogativa regimental.

Chamando a atenção de todas as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados e reiterando os agradecimentos, dou-lhe a palavra, Sr. Tenente-General António Martins Pereira, para essa declaração inicial.

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira** (ex-Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa Nacional): — Sr. Presidente, Deputado Filipe Neto Brandão, na pessoa de V. Ex.<sup>a</sup>, aproveito para saudar toda a Comissão e esta Casa da democracia.

Srs. Deputados desta Comissão Parlamentar de Inquérito, minhas senhoras, meus senhores, muito boa tarde. Gostaria apenas de fazer uma muito pequena declaração, no sentido de pontuar alguns aspetos relativos

àquela que é a função de um chefe de gabinete de um ministro e ao seu papel, ligado ao racional da intervenção do ministro da defesa e do seu gabinete no âmbito destas questões relativas a casos do foro criminal, e de fazer uma pequena alusão, muito simples, à situação da informação como comunicação pública e à questão da verdade.

Como sabem, o Gabinete do Ministro da Defesa Nacional é uma estrutura de apoio direto à atividade política do membro do Governo que tem por função coadjuvá-lo no exercício das suas funções. É constituído, como é óbvio, pelo Chefe de Gabinete e por vários técnicos, adjuntos, secretários, pessoal técnico e administrativo.

O Chefe de Gabinete é responsável pela direção e coordenação do Gabinete e respetiva atividade, cabendo-lhe, sobretudo, uma grande parte da ligação aos serviços e organismos dependentes do respetivo membro do Governo, aos gabinetes dos restantes membros e às demais entidades públicas e privadas.

Em situações complicadas, o Gabinete organiza-se com um ou dois elementos para fazer face mais direta às situações de crise, procurando, digamos assim, dar maior predominância da sua ação e maior atenção a essas situações, como aconteceu em alguns incidentes, como sabemos, no âmbito desta governação.

Relativamente à política de funcionamento do Gabinete em matéria de registo, documentação entregue por qualquer via, ela é positiva. O que quero dizer com isto é que deve ser feita, e sei que é feita, deliberadamente uma entrega, por qualquer meio que seja, incluindo os *e-mails*.

Sempre que se torna necessária qualquer ação subsequente, nestes casos, mesmos os *e-mails*, eles são copiados, registados e despachados, como todos os documentos. Elementos documentais provenientes de conversas, reuniões, etc., constituem-se, normalmente, como elementos de informação e são registados, quando solicitado que lhes seja dado esse destino formal

por quem trouxe essa informação, ou o Sr. Ministro ou o Chefe de Gabinete ou qualquer membro do Gabinete.

Por outro lado, a política de resposta foi sempre positiva, no quadro daquilo que é o Código do Procedimento Administrativo. Muitas vezes sabemos — e muitos de vós têm experiência disso — que sistemáticas repetições, que se tornam até absurdas, são, no entanto, alvo de resposta nos termos deste código, incluindo situações que, muitas vezes, são mal endereçadas em termos de competência. Segue-se aquilo que está previsto no Código do Procedimento Administrativo, envia-se, digamos assim, a quem tem competência, ou seja, ao órgão ou ao serviço correspondente, e informa-se o cidadão dessa situação.

O segundo ponto que gostaria de tratar tem a ver com a questão de aspetos relativos ao trabalho do Gabinete e à intervenção do Sr. Ministro em casos do foro criminal ou disciplinar, próprios de outros órgãos que não o Gabinete, nomeadamente a Polícia Judiciária Militar (PJM).

A PJM está organizada hierarquicamente na dependência do Ministro da Defesa Nacional, rege-se por legislação própria que define o seu regime, nomeadamente quanto às suas atribuições, organização e funcionamento. Para efeitos de coadjuvar as autoridades judiciais na investigação criminal, como sabemos, a PJM, perdoem-me o acrónimo, atua no processo sob a direção das autoridades judiciais e na sua dependência funcional, sem prejuízo da respetiva organização hierárquica e da autonomia técnica e tática.

Nestes aspetos, é importante referir que, neste quadro, sendo a investigação criminal uma matéria da exclusiva competência da autoridade judiciária competente, coadjuvada pelo órgão de polícia criminal que for determinado para o inquérito, normalmente, nestas fases, que se encontram, na maioria das vezes, em segredo de justiça, não parece existir muito espaço para a intervenção dos elementos do Governo e daqueles que atuam

diretamente em seu apoio, sob pena da violação do princípio da separação de poderes, que está constitucionalmente consagrado.

Como é sabido, muitas perguntas foram colocadas a este Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, nomeadamente nesta questão de Tancos, para averiguar se era crime, se não era crime, o que é que se tinha passado eventualmente, a determinação dos agentes, a sua responsabilidade, a questão de provas, etc. Obviamente, ficaram sem uma resposta cabal.

Efetivamente, procurou-se, muitas vezes, ter a informação necessária para se dar sem entrar, como é óbvio, em questões do segredo de justiça. Foi pedida informação às Forças Armadas, mas, em todo este processo, era preciso um trabalho muito judicioso para a obtenção da informação e, simultaneamente, uma exigência elevada de abstenção de intervenção, sempre baseada na necessidade de conhecer aquilo que decorria na área da investigação disciplinar e criminal.

Por fim, gostaria de pontuar a questão da verdade e daquilo que tem vindo, muitas vezes, a ser utilizado no âmbito da comunicação pública. Mas interessa, sobretudo, na defesa da verdade, dizer que a verdade não dói a ninguém e muito menos a mim que, devota e lealmente, procurei sempre servi-la e ainda sirvo.

Na maioria dos cânones religiosos, a verdade aparece, muitas vezes, como uma fonte que purifica e alimenta o espírito, que desenvolve a personalidade individual e coletiva, o que certamente contribui para o desenvolvimento das sociedades. Por isso, por muito que entendamos a nossa democracia muito laica, parece-nos que este ponto de desenvolvimento da nossa sociedade deve, também, ser efetuado nesta lógica.

Dito isto, estou, a partir deste momento, disponível para todas as questões, onde, naturalmente, terei eu e a Comissão de, em conjunto, fazer um equilíbrio entre o que poderei dizer em público e o que, eventualmente, se for necessário, só poderei dizer à porta fechada, em possíveis questões

cuja resposta possa colocar em causa o segredo de justiça. Conforme despacho da Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República, de 28 de março de 2019, tenho de ter a salvaguarda dos limites inerentes à tramitação do processo em que prestei declarações a meu pedido na qualidade de testemunha.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, fico à vossa inteira disposição.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Tenente-General António Martins Pereira, pela sua declaração inicial e manifestação de disponibilidade.

Como há pouco referi, dou a palavra ao Sr. Deputado Jorge Machado, a quem recordo que, nos termos regimentais, dispõe de até 8 minutos para colocar essas questões.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Tenente-General António Martins Pereira e seu ilustre advogado, gostaria de cumprimentar-vos a todos.

Sr. Tenente-General, as perguntas que tenho para lhe fazer são relativamente simples e visam enquadrar a sua ação neste processo do furto e recuperação das armas enquanto Chefe de Gabinete do Ministro e perceber, essencialmente, uma questão sobre os ditos memorandos que foram entregues.

A primeira pergunta que tenho a fazer-lhe é a de saber quantos documentos, memorandos, foram entregues ao Sr. Tenente-General enquanto Chefe de Gabinete e em que datas.

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Sr. Deputado, muito obrigado pela pergunta.

O tal famoso, famigerado, documento que sempre apelidam de «memorando»! É evidente que poderíamos discutir eternamente se é um

memorando ou se não é um memorando. É um documento que não é timbrado, não é assinado e que me parece ter sido feito com alguma pressa, mas não poderei dizer se o foi ou se não o foi, obviamente.

No dia 20 de outubro, foi, efetivamente, colocado numa mesa, que estava entre mim e as duas pessoas. Já agora, quando fazem aí algumas representações do que se passou, ainda ontem ouvi aqui algo que não se passou exatamente como foi. Disso lembro-me perfeitamente.

No Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, que alguns conhecem, há sofás, eles estavam sentados num sofá, eu estava noutra sofá à frente. Estava uma mesa a meio e esses documentos foram colocados ali para apoio à conversa. No final — isto tem a ver com se foi ou não entregue, é isso que quero referir — disseram-me para ficar com esses documentos e para depois os destruir. Disse que não, que podiam levar os documentos, porque dentro do conhecimento que era necessário para informar sobre aquilo que vieram informar-me, não necessitava, já tinha dado uma vista de olhos aos documentos e não precisava de mais. Isto dentro da necessidade de conhecer o que ainda há pouco referi entender ser fundamental nestas questões do foro criminal ou mesmo até disciplinar. Portanto, esse é um memorando.

O outro memorando que tem vindo aqui a ser falado, de facto, terá sido entregue, não me lembro exatamente. É o tal memorando de 4 de agosto. Ele existe e esse, sim, está assinado. Não é um memorando entregue por via oficial, foi trazido também para uma conversa. Não consigo precisar se foi entregue a mim ou se foi entregue ao Sr. Ministro, não me lembro. Esse documento existe e é um documento para apoio a essa conversa. Não foi enviado oficialmente.

Que conheça, são estes dois. Porém, gostaria de dizer que, a 20 de outubro, os documentos entregues foram dois. São separados, digamos assim. Um é uma fita do tempo e o outro é, de facto, ligeiramente diferente daquilo que apareceu no *Expresso*, creio eu, de 20 de outubro, porque não

tem a palavra escrita «memorando». É um mero apontamento, escrito informaticamente. Parece-me que foi escrito à pressa na medida em que a forma como está escrito não segue propriamente uma lógica. Há um entendimento, creio, que não é exatamente o de contar uma história, mas o de deixar alguma coisa escrita com alguém.

Era, para já, isso que respondia.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — O documento entregue a 4 de agosto, o segundo memorando, em papel timbrado e com assinatura, versa sobre as questões da competência para a investigação do processo em curso?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Exatamente. Não vi o documento, mas, provavelmente, esse documento foi entregue ontem aqui pelo Sr. Diretor-Geral da Polícia Judiciária Militar.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Centrar-me-ei, então, no primeiro documento entregue a 20 de outubro. Quem é que participou na conversa desse dia?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Sr. Deputado, não percebi. Pode repetir a pergunta? Falou no primeiro documento e agora no segundo documento...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Falei no segundo documento e agora vou centrar-me no primeiro.

O segundo está esclarecido, quanto ao primeiro tenho uma dúvida: na reunião de 20 de outubro, quem é que participou nessa mesma reunião?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Para que nos entendamos melhor, o documento é constituído por duas peças.

Nessa reunião, não consigo precisar se eu... Não é plausível que eu tenha solicitado essa reunião, não me lembro, mas não é plausível, face ao contexto que vivíamos nessa semana.

Tancos é um assunto sempre muito importante, altamente gravoso. Contudo, o que se passava na vida do Gabinete... Havia outras situações, era a semana de 15 de outubro, fatídica para Portugal, com a demissão de um ministro, um conselho extraordinário previsto para sábado, o Dia do Exército previsto para domingo, um debate quinzenal numa quarta-feira. Portanto, obviamente, o Gabinete tinha bastante que fazer e não me parece plausível que eu tivesse pedido essa reunião. Não tinha necessidade de nenhuma informação nessa altura, tanto quanto sei, portanto, não me lembro de ter convocado qualquer reunião.

Tive oportunidade de falar com os meus colaboradores mais próximos que também não têm essa perceção. Mas respondendo mais diretamente à sua pergunta, de quem participou na reunião... Eles chegaram ao gabinete acompanhados, creio, da Sr.<sup>a</sup> Capitão. Também falei com ela mas também não se lembra, e do que já ouvi de várias formas e do que me lembro, creio que terá sido muito cedo, de manhã cedo.

Eu tinha uma reunião marcada com a Força Aérea para discutir problemas orçamentais, baseada, isso sim, em três ou quatro memorandos que tínhamos recebido e, portanto, tinha ali apenas uma janela de tempo.

Como lhe digo, não me lembro se foi pedida essa reunião, mas o mais lógico é que tenha sido pedida pelo Diretor da Polícia Judiciária Militar. O Sr. Ministro não estava e, portanto, provavelmente eu ter-lhe-ei dito que como o Sr. Ministro não estava, a reunião não faria muito sentido. Normalmente, o Chefe de Gabinete não despacha diretamente com os diretores-gerais, a não ser que seja necessário entregar algo ou dizer qualquer

coisa. Terá sido esse o caso e, portanto, essa reunião foi nessa janela de tempo.

Veio o Diretor-Geral da Polícia Judiciária Militar, acompanhado do Major Vasco Brazão, que eu apenas conhecia da televisão. O Major Brazão vinha vestido mais desportivamente — o que corrobora a indicação do que o Major Brazão falou aqui — e o Sr. Diretor vinha vestido como normalmente andava, o que também indicia que deve ter sido algo decidido muito rapidamente.

Foram estes dois que entraram, com a Sr.<sup>a</sup> Capitão, que perguntou, naturalmente, se tomariam um café ou alguma coisa. Deram indicações que não e sentaram-se. Eu pedi para saírem, a minha Secretária também estava por ali, e fiquei apenas com estes dois elementos na reunião.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — A pergunta é óbvia: qual foi o conteúdo da conversa tida?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Sr. Deputado, do que me lembro, a vinda destes dois elementos terá sido inicialmente pedida pelo Sr. Diretor da Política Judiciária Militar. Creio que terá sido assim.

Não me disse especificamente ao que vinha, mas que era importante falar. Eu ter-lhe-ei dito que o Sr. Ministro não estava e, portanto, não faria muito sentido reunir, como já referi há bocadinho. Mas ele disse que o assunto era muito grave e que, portanto, queria vir. E eu, um bocadinho dentro do que é o dever de tutela, entendi que «sim senhor, venha».

Depois tentei falar com o Sr. Ministro — quando essas situações acontecem tento informar o Sr. Ministro —, para o informar que iria haver essa reunião e perguntar-lhe se a deveria ou não fazer. Não me lembro se o fiz, se tive oportunidade, mas normalmente é isto que acontece. Também é plausível que tenha havido a tal chamada para o Sr. Ministro, exatamente no

sentido de lhe dizer que estavam ali duas pessoas que lhe queriam falar, mas, como ele não estava, se eu as poderia receber. É provável.

Do que me lembro, a noção que tenho, é que a preocupação deles era com a tensão tramada, que, após a recuperação do material de guerra que tinha sido furtado, estava mais tensa. Foi isto que foi falado, foi isto que foi colocado em cima da mesa, os dois documentos, no sentido de que, efetivamente, a fita do tempo era aquilo que eles inicialmente tinham falado e de que havia um trabalho que tinha sido feito com informadores, nomeadamente com o Fechaduras, e foi com essa ideia que inicialmente fiquei.

Passei os olhos pelo documento que estava à minha frente, muito rapidamente, e o que me chamou a atenção foi, efetivamente, a questão de uma chamada, de alguém ir ao lado de lá para fazer uma chamada. Perguntei-lhes sobre isto — efetivamente, tenho esta noção — e a noção com que fiquei foi que era para evitar que a chamada fosse detetada, caso fosse feita pelo tal informador.

Portanto, alguém ia ao lado de lá e iria funcionar um pouco como um relé. Foi isso que lhes perguntei: «Mas por que é que vai um indivíduo ao lado de lá? Será para isto?» Mas não me lembro de uma resposta cabal deles. Fizeram um assentimento de cabeça e assim ficou.

O que tenho apontado no meu caderno de notas são duas ou três questões que posso referir:

- Major Brazão: «Vingança até à morte».
- Coronel Estalagem, licenciado em Direito, há 15 dias, jornalista.

Foi isto que eu escrevi. Portanto, a reunião deve ter sido mesmo curta e foi o que ficou dessa reunião. E com isto procurei ir relembando, porque, quando isto aconteceu, não me lembrava absolutamente nada se me tinha sido entregue o documento, ou não, e aos poucos comecei à procura e comecei a lembrar-me, comecei a falar com A, B e C e também reconstruí

um pouco o que se tinha passado. Do que reconstruí dessa reunião e da noção que tenho e do que vi escrito, essa reunião foi para referir exatamente o que poderia vir a acontecer e fiquei com a ideia que eles estavam um pouco apavorados.

Foi esta a ideia com que fiquei, a ideia da «vingança até à morte».

Ah, não posso precisar quem falou nisso, mas é relevado o aspeto da segurança da família do Major Brazão. Não sei se fui eu ao ler, porque isso está presente nesse documento, como sabe. O documento que aparece no *Expresso* toca na maioria das coisas, há pequenos detalhes que não são exatamente iguais. Não é o mesmo documento que me foi colocado em cima da mesa e que me deixaram com a indicação de que depois o deveria destruir.

Portanto, hoje, a esta distância, vejo aquilo não com qualquer intenção de contar alguma história, mas mais com a intenção de deixar algo a alguém superior, não para memória futura, mas para questões futuras.

Sr. Deputado, se houver algo mais a que seja necessário responder, poderei fazer aqui um esforço.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Disse-nos que o documento que foi entregue, um é a fita do tempo e o segundo é muito semelhante ao que foi divulgado no jornal *Expresso*, com alguns detalhes, *nuances* de diferença.

Então, Sr. Tenente-General, nós estamos perante o facto de o que lhe foi reportado ter sido uma operação clandestina de investigação de um furto. Foi isso que lhe foi reportado?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Sr. Deputado, eu ia perguntar-lhe se leu alguns livros onde aparecem relatórios de operações. Não era um relatório de operações, não tinha racional nem cronológico — não tem —, nem de contar o que se passou. Tem questões que, quase todas elas, implicavam perguntar o que se passou, disto, daquilo e daqueloutro.

Portanto, entendi que aquele documento, face à intenção da reunião, era no sentido de dizer que houve atividades desenvolvidas para recuperar o material. Nunca soube, nem ali foi dito, que foi com a colaboração ou sem a colaboração da PJ. Isso não foi referido nunca — não me lembro nem eu fiz essa pergunta, pois, efetivamente, parti do princípio óbvio de que as tarefas que vinham a ser desenvolvidas pela PJM estavam obviamente coordenadas e desenvolvidas.

No final, numa perspectiva da tutela, para diminuir a tal tensão, a minha preocupação também foi dizer-lhes «mas vocês têm lá o Coronel Estalagem» — não sei se é por isso que está aqui escrito, provavelmente. «Não é o vosso oficial de ligação? É até um indivíduo licenciado» — eles disseram-me que era licenciado em Direito —, «é a pessoa certa para entabular as conversas com a PJ e verificar se essa tensão é diminuída».

Porque, efetivamente, o que aconteceu tinha sido algo que era importante: as armas foram encontradas, isso é um facto. Mas se havia uma competição ou não, ali não me apercebi. Do que me apercebi foi que havia uma intenção de explicar um pouco por que é que havia esta tensão e que, efetivamente, tinha havido esta razão de não terem dito logo à PJ. Estava lá escrito, porque, efetivamente, havia estas duas questões a de a família do Major Vasco Brazão vir a sofrer alguma ação — o termo que é utilizado é este: «A família do Major Brazão não terá descanso» — e também a possibilidade de não se efetivar a recuperação.

Creio que foi aqui, fundamentalmente, que eles quiseram passar a indicação de que o não terem contado no tempo exato à Polícia Judiciária e terem efetuado a recuperação tinha sido uma questão de oportunidade. Foi a noção com que fiquei, ou seja, que foi essa a intenção que terá estado subjacente a esta reunião.

Cheguei a esta conclusão depois de falar com várias pessoas para tentar recuperar a minha memória, no sentido do que aconteceu ali. Lembro-

me perfeitamente de me terem dito para destruir os documentos. Tirei uma fotografia aos documentos, tive de ir de imediato para a reunião seguinte e deixei ficar esses documentos dentro de uma pasta. Depois estive com eles na mão, para os destruir, e não os destruí.

Mas foi esta a indicação que me deram e é esta a noção que tenho do que se passou.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — O Sr. Tenente-General tem noção da data a partir da qual houve uma decisão do Ministério Público para que a investigação fosse liderada pela PJ e coadjuvada pela PJM.

Face aos factos que lhe foram reportados, qual foi o seu comportamento?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Sr. Deputado, quem coadjuvava as autoridades judiciárias era a Polícia Judiciária e a polícia Judiciária Militar ficou como colaboradora institucional.

Há todo um conjunto de atividades que foram sendo desenvolvidas ao longo do tempo. Não nos foram reportadas especificamente, porque não tinham de o ser, mas houve encontros uma vez ou outra e creio que foi em agosto — não consigo situar onde, nem se foi nesse encontro que o Sr. Diretor nos entregou o primeiro memorando, de 4 de agosto —, o Sr. Diretor da Polícia Judiciária Militar disse-nos que precisava de falar urgentemente com o Sr. Ministro.

Poderá ter sido nessa altura. Não consigo precisar e já tentei falar com o Sr. Ministro, mas o Sr. Ministro também não se lembra exatamente. Lembramo-nos de uma vez em que eu fui com o Sr. Diretor da Polícia Judiciária Militar junto da casa do Sr. Ministro, porque não havia outra oportunidade em termos de janela temporal. Ele dizia-nos que era muito importante, mas acabámos por falar, exatamente, de questões sobre as quais

eles não sabiam muito. Continuavam a fazer as tarefas que lhes iam sendo pedidas e era esta a noção que nós tínhamos, a de que, efetivamente, não havia...

Já sabíamos isso, também, porque em 4 de julho, quando estivemos em Tancos, isso tinha acontecido. Tinha havido um telefonema ao Sr. Ministro da Procuradora-Geral da República e, portanto, sabíamos que havia uma situação tensa. Procurámos, eu e o Sr. Ministro, obviamente, mantermo-nos afastados, dentro daquele que era o normal procedimento, atendendo a que, funcionalmente, dependia da Procuradora-Geral da República.

Portanto, tivemos essa noção de que havia tarefas que iam sendo feitas e entendemos que isso funcionava normalmente, numa perspetiva de pedidos de colaboração. Sabíamos que uma série de documentos tinham sido pedidos. Já ouvi, aqui, ontem, o Sr. Diretor dizer isso, já vi isso escrito nos jornais também, portanto, não era nada de que não tivesse já a ideia, desde essa altura, ou seja, de que havia trabalhos que iam sendo feitos, alguns até indicados. Quando, por exemplo, pedíamos, nós também, alguma informação ao Exército para a Assembleia da República, era-nos dito que também estavam a fazer trabalho para a Polícia Judiciária Militar. Isso dava-nos uma ideia de que as coisas estavam a decorrer de forma absolutamente normal, ainda que com alguma tensão.

Dessa vez que nos foi pedido, foi-nos dito, efetivamente, que não havia muita informação, que esta passava de um lado para outro, sobretudo da Polícia Judiciária para a Polícia Judiciária Militar. Mas sabemos que, muitas vezes, o segredo é a alma do negócio nestas operações e, portanto, quem seríamos nós — quando digo nós, refiro-me a mim, nomeadamente, mas o Sr. Ministro também não o fez à minha frente — para dizer fosse o que fosse a indivíduos que têm, como operacionais de investigação, uma experiência completamente diferente da nossa.

Portanto, quando me pergunta o que é que eu fiz nessa altura, respondo-lhe que apenas disse: «Se o problema é, efetivamente, essa tensão, resolvam essa tensão através do vosso oficial de ligação.»

Sou um indivíduo de operações especiais, o meu *background* é esse. Eu trabalho sistematicamente, ou trabalhei durante muitos anos, enquanto comandi Unidades de Operações Especiais, com oficiais de ligação e sei que a dificuldade de coordenação é normal: o indivíduo quer saber mais, nós utilizamos, normalmente, os oficiais de ligação que não dizem tudo ou não recebem toda a informação do outro lado. Portanto, estas são situações perfeitamente normais. Eu entendi aquilo como uma situação perfeitamente normal de que não teria havido, efetivamente...

*Entretanto, o telemóvel do Sr. Tenente-General começou a tocar.*

Peço imensa desculpa, tenho um telemóvel que está desligado, mas o outro não está.

Estava eu a dizer que, efetivamente, sobre essas questões de coordenação, foi isso que eu senti que teria acontecido. Numa situação já tensa, quando houve a recuperação do material, naturalmente houve a noção de que nem todos tinham dito tudo — e eles vieram ali dizer que, efetivamente, não tinham dito tudo.

Agora, a Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República tinha informado disso o Sr. Ministro, em determinada altura, e eu sabia disso também. Não achei que deveria dar muito mais importância a essa situação, porque aquilo que tinha ficado na conversa com o Sr. Ministro era que, efetivamente, se alguma irregularidade forte existisse esta nos seria comunicada, como acontecia noutras situações.

Há situações de oficiais das Forças Armadas que estão a trabalhar fora das Forças Armadas e, como sabem, a competência disciplinar, mesmo, é do

Sr. Chefe do Estado-Maior do ramo respetivo, e, portanto, quando essas situações acontecem, o que nós recebemos são já, normalmente, processos desenvolvidos que depois remetemos para quem tenha competências.

Numa situação destas, a Procuradora-Geral da República tem a competência para ambas as coisas e, portanto, se, eventualmente, se tratasse de uma situação disciplinar que nos deveria comunicar, certamente, o Sr. Ministro encaminharia o assunto e o seu gabinete trabalharia nesse sentido.

Portanto, isso aconteceu a 20, a 18 houve a recuperação do material. O telefonema é também a 18. Portanto, foi esta a situação e, na altura, entendemos que, apesar de ser fundamental a questão de Tancos, no contexto de que falei daquela semana, não foi entendido de outra maneira, se não esperar por aquilo que era necessário vir para efetivar algo que não tivesse corrido da melhor forma ou que fosse entendido como irregular.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Portanto, Sr. Tenente-General, na sua opinião, o que lhe foi reportado quer pelo Diretor da PJM, quer pelo Major Vasco Brazão, foi uma operação normal da PJM. É isso que entende?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Eu entendi-a como tal. A utilização de informadores...

Obviamente, a única questão que ali estava em causa era, efetivamente, a não indicação atempada à PJ da informação e a passagem da operação para eles, no sentido de que foi algo de oportunidade.

Portanto, foi isso que entendi, daquilo que já nos tinham dito na manhã do dia 18, quando o Sr. Diretor da Polícia Judiciária esteve comigo no Gabinete do Ministro, depois de recuperado o material.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Da Polícia Judiciária ou da Polícia Judiciária Militar?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — O Diretor da Polícia Judiciária Militar.

Após a recuperação do material, passou por lá e deu-nos uma ideia de como tinha sido feita a recuperação. Não entrou em pormenores, como é evidente, mas disse que foi algo de oportunidade, que foi uma chamada anónima. Aí, sim, disse que essa chamada anónima tinha sido fruto de um trabalho efetuado com um informador e que não tinham dito à PJ exatamente para garantir e salvaguardar quer a segurança da família do Major Vasco Brazão, quer a oportunidade da recuperação.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sim, Sr. Tenente-General, mas o senhor há pouco, salientou um aspeto que é particular, mas não é pouco significativo. Há pouco, quando disse que a chamada foi feita do lado de lá, quer dizer que alguém foi à margem sul, para quem não saiba do que estamos a falar. Alguém da PJM foi ao lado de lá fazer uma chamada a fazer a denúncia, o que dá claramente a entender que algo de muito errado está aqui. Como é que justifica este facto?

Segunda questão — já agora, aproveito e coloco-lhe as questões encadeadas —, o Sr. Tenente-General sabe que a decisão da Procuradoria-Geral da República foi a de entregar a responsabilidade da investigação primária à PJ e a coadjuvação à PJM. Não estranhou o facto de terem aparecido resultados e uma investigação em curso? Com que base e em que processo é que estamos a falar?

Porque num Estado de direito democrático nós não podemos permitir que existam investigações paralelas, investigações *ad hoc*, quando a titularidade dos processos não é desse órgão de polícia criminal. E isso é complicado do ponto de vista do Direito.

Deixava-lhe essas duas perguntas.

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Não são propriamente perguntas, mas entendo responder a isso. Foram comentários e vou-lhe referir alguns.

O Sr. Deputado diz «algo muito errado está aqui.» Eu não cheguei a essa ideia, mesmo depois de ler o documento várias vezes. Mesmo agora, tenho dúvidas em entender, com base neste documento, que algo de muito errado se terá passado. A não ser, como digo, a questão de não ter sido informada a Polícia Judiciária com oportunidade. Isso é irregular, deveriam tê-lo feito, obviamente.

A outra questão é dali não ter percebido que havia uma investigação em curso conduzida pela Polícia Judiciária Militar. Nada me foi dito sobre isso. Entendi que aquilo tinha sido sempre feito no decurso normal das atividades que ambas estavam a desenvolver.

Quanto a uma investigação paralela, só ontem ou uns dias antes, ouvi aqui essa expressão, creio que com o Major Brazão. Nunca ouvi antes essa expressão. Ouvi-a aqui a primeira vez e o Sr. Deputado está agora a utilizá-la, mas para mim é perfeitamente nova e nunca entendi isso, não me apercebi de absolutamente nada disso e da leitura do documento não é visível isso. Ouvi aqui...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Não estranhou...

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Ouvi aqui, se me permite, a posição do Sr. Coronel Estalagem a dizer que dali...

Ele é um operacional da área de investigação e eu, o que é que eu hei de dizer?, não sou, sou da área das operações especiais e, portanto, não sei, propriamente, desenvolver uma investigação operacional e muito menos retirar de uma frase, como ali está, que algo de encenação se pudesse ver.

A minha palavra, quando disse «não consegui descortinar», continuo a utilizá-la. Lendo isto várias vezes, tenho muitas dúvidas em descortinar isso e não sou, propriamente, um indivíduo pouco inteligente, na minha opinião.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sim, mas, Sr. Tenente-General, como interpreta quando, a determinada altura, lê o documento e destaca esse aspeto que é pequeno, mas que é muito significativo, de alguém ter ido ao lado de lá fazer a chamada? Como é que enquadra isso neste processo? É normal? É isso que me está a dizer?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Não. Por isso mesmo é que eu lhes perguntei a situação: «Porque é que tem de ir um indivíduo ao lado de lá?»

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Qual foi a resposta, Sr. Tenente-General?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — A resposta foi: «Para que a chamada não fosse detetada.»

E aquilo de que me apercebi, na altura, foi: «Bem, não é detetada, é uma chamada que é feita por um indivíduo que está a visualizar alguém que vai a um local identificado.»

Eles diziam exatamente que era um local identificado, que tinha de ser um local bem identificado no terreno. Não sei se era uma cabine telefónica ou outra coisa. Já ouvi falar de vários sítios, mas seria uma cabine telefónica. No documento diz-se que é um local bem identificado. Normalmente, isso faz-se e eu isso sei. São técnicas que eu utilizei em termos de planeamentos, etc.: ir um indivíduo a um local que eu estou a vigiar para que ele não cometa

outras coisas que não seja aquilo... Porque o informador não quer ser denunciado e se, eventualmente, faz ele a chamada, é apanhado — hoje essa chamada é apanhada, seja de onde vier.

Portanto, a noção com que fiquei, ao passar por ali, foi: «Mas porque é que vai um indivíduo vosso ao lado de lá?» Foi isso que eu não percebi. E, de facto, fiz essa pergunta. Ficaram a olhar para mim e eu disse: «Será para servir como relé?»

Fui eu que, provavelmente, dei a resposta: «Será para servir como relé?», no sentido de não ser identificado. Responderam-me: «Sim, sim, mais ou menos.»

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Repito a pergunta: para não ser identificado o próprio agente da PJM que a própria PJM...

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Não, para não ser identificado o informador, obviamente. O indivíduo da PJM...

O informador é que solicitou que alguém fosse ao lado de lá para fazer a chamada para o lado de cá, dum sítio identificado. Portanto, isto é um controlo do informador. O informador é que queria estar no controlo da situação, repito, o informador é que queria estar no controlo da situação. E, portanto, eles tiveram de obedecer ao informador. É essa a ideia. Foi isso que eu percebi!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Seja como for, em momento algum suspeitou que se tratasse de uma operação sem base legal e à margem das regras do Estado de direito democrático. É isso que me está a dizer?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Com certeza!

Entendi que era uma operação... A única questão que aqui se levantava e de que, como disse, já tinha conhecimento, por a Sr.<sup>a</sup> Procuradora

nos ter dito que, efetivamente, teria havido irregularidades nessa situação, era que a Polícia Judiciária não fora informada em tempo. Isso sabíamos que tinha acontecido. E eles, ali, vinham exatamente dizer isso.

Mais tarde, vim a saber que no dia 19, no dia anterior, tiveram uma reunião tempestuosa com a PJ. Mas eu nessa altura não sabia de nada. Ainda hoje não sei!

O que eu sei é do que tenho lido e ouvido por várias vezes. Mas vejo que agora tem alguma lógica eles terem ido ali. Também tem lógica ter sido um documento efetuado à pressa. Também tem lógica o indivíduo ter ido de ténis... Não vinha tão mal vestido assim, diga-se de passagem!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Essa é a questão que menos importa para a Comissão Parlamentar de Inquérito. Percebo que as fardas n.ºs 1, 2, 3 sejam uma questão de protocolo, mas para aqui pouco interessa.

Em que ocasiões é que esteve reunido com o Coronel Luís Vieira e o Major Vasco Brazão? E estiveram juntos ao mesmo tempo ou em separado? Quais foram as datas em que esteve com eles? Houve mais algum encontro para além dos que referiu?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Não seguindo a questão protocolar, porque é mais fácil, com o Major Brazão só estive dessa vez. Não o conhecia. É, de facto, um oficial muito novo comparado comigo. Conhecia-o apenas de vista como porta-voz na altura dos comandos... É provável que tenha passado por ele uma vez ou outra no EMGFA (Estado Maior General das Forças Armadas) no edifício ou nas imediações. Mas nunca estive com ele a não ser desta vez.

Com o Sr. Diretor-Geral da Polícia Judiciária Militar estive várias vezes e tratámos de dois assuntos fundamentais, que foi a questão da lei orgânica, uma proposta... Cheguei a ir à Polícia Judiciária Militar só eu com

um jurista do Gabinete para ouvir uma apresentação sobre uma proposta da lei orgânica como disse o jurista que estava a trabalhar.

No âmbito de outros processos, nunca... Normalmente, o Diretor falava com o Sr. Ministro e, muitas vezes, eu nem sabia. Que me lembre, não tive conhecimento disso muitas vezes. Não era muito normal esta situação.

No dia 4 de julho, estive com ele e com mais umas dezenas de pessoas em Tancos. Lembro-me, de facto, desta vez mas não consigo precisar se foi na altura em que nos entregou esse memorando em agosto.

Na manhã de 18 de outubro, estive com o Sr. Ministro e com ele após a recuperação do material.

Para tentar ser mais exato, vou consultar uns documentos.

*Pausa.*

Na semana em que houve o furto nos paióis de Tancos veio, uma segunda vez, a seu pedido, junto do Ministro e do Chefe de Gabinete. Foi nessa altura que provavelmente nos pode ter entregado esse memorando.

Ele falou-me numa grande autonomia da PJ no processo e de pouca informação, referiu que, nesse momento, se limitavam a efetuar todo um conjunto de inquirições que já vinham a fazer desde o início, bem como a transmissão de documentos pedidos e que não havia nenhum retorno da informação nessa altura.

Houve um contacto, em determinada altura, que eu não posso precisar, para eu referir a necessidade, junto do Exército, de terem disponível uma equipa EOD (*Explosive Ordnance Disposal*) nos termos de um protocolo que existia e eu contactei, creio, o chefe de gabinete e numa oportunidade que tive com o vice-chefe relembrei isso para terem esse cuidado. Isso aconteceu semanas antes, ou uma semana antes, não consigo precisar, da recuperação do material.

Já referi o dia do aparecimento do material de guerra e o dia desta reunião e, depois, nunca mais estive com o Sr. Diretor.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — De tudo o que nos contou, o que é que foi reportado ao Sr. Ministro? E em que datas, se conseguir especificar?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Sr. Deputado, quando refere «tudo o que lhes contei», todas estas situações... Na maioria das situações em que estive com o Sr. Diretor estava com o Sr. Ministro. Creio que a única em que não estive com o Sr. Ministro foi esta em que ele me pediu que eu lembrasse o Exército dessa questão da EOD e eu referi isso ao Sr. Ministro também, mas já não me lembro quando é que eventualmente disse isso. Creio que até estava em viagem com o Sr. Ministro quando recebi esse telefonema. Lembro-me de qualquer coisa assim.

Relativamente à reunião do dia 20, falámos nesse dia e o Sr. Ministro estava no Porto. Falámos no dia em que eles estavam lá e no momento... É provável que eu lhe tenha ligado. Tenho ouvido aqui indicações de que houve esse contacto pelo *WhatsApp*.

Seguramente, não houve contagem de história porque não deixaria fazer isso numa situação dessas. Era impossível que isso acontecesse, ou seja, fazer uma contagem da história ali. Não foi feita a mim e ali também não foi. Não me lembro disso, mas não me parece plausível que assim fosse.

Parece-me mais plausível uma versão que ontem ouvi aqui de eu ter telefonado ao Sr. Ministro e ter dito «tenho aqui estes elementos da PJM para me falar, vou proceder à reunião e depois reporto». Também é plausível que tenha passado o telefone ao diretor para o Sr. Ministro falar com ele. É plausível. Não consigo precisar completamente essa questão.

O Sr. Ministro teve conhecimento de que houve essa reunião. Das conversas que tivemos ao longo do dia — contactámos três ou quatro vezes

—, lembro-me de termos falado da questão uma ou duas vezes. Não sei se foi imediatamente a seguir. Como eu disse, dali saí para uma reunião que foi substancial.

Portanto, devo ter falado já mais para a tarde ou para o fim da manhã com o Sr. Ministro, até porque estávamos a tratar de uma proposta de um diploma, onde apareceram depois... Era uma resolução do Conselho de Ministros sobre a questão dos incêndios, onde aparecia a questão da Força Aérea, da atribuição de novas missões à Força Aérea. Era no âmbito do controlo das aeronaves para os incêndios.

Portanto, era algo que nos preocupava e falámos várias vezes.

Durante esse dia, foi-lhe dito que efetivamente me falaram desta situação de tensão entre a Polícia Judiciária Militar e a PJ. Teremos passado pela ideia da Procuradora-Geral da República, provavelmente. Há esta questão, tudo bem. Veremos depois.

Não sei se disse, se não disse, mas é provável que tenha dito que tinha um documento e que depois se veria. Se me vai perguntar se enviei o documento ou não enviei o documento, não me lembro. Tirei uma fotografia ao documento, é um facto, mas não me lembro.

Falando com o Sr. Ministro, já agora, ele diz que nunca viu esse documento e eu acredito que o Sr. Ministro não tenha visto. É provável, não sei.

**O Sr. Jorge Machado (PCP):** — É uma pena não se lembrar.

Então, quando é que ficou consciente de que a operação desencadeada pela PJM tinha sérias dúvidas quanto à sua sustentação legal? Quando é que teve consciência dessa mesma operação e das suas dúvidas?

**O Sr. Ten. Gen. António Martins Pereira:** — Sr. Deputado, as questões das sérias dúvidas... Eu ouvi aqui, por exemplo, a versão do Sr.

Diretor Nacional da Polícia Judiciária e compreendi melhor essa situação. Mas, efetivamente, há outras ocasiões que não posso referir por razões de segredo de justiça.

Tive essa percepção agora, mas não a tive com base na informação que estava no documento. Muitas coisas vi escritas nos jornais, muitas coisas ouvi nas televisões, muitas vezes fui condenado por não me ter apercebido. Não vou dizer que desafio as pessoas, porque cada um é como cada qual. Há pessoas que veem com muita facilidade as coisas, eu não vejo com essa facilidade, muito sinceramente.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, peço apenas um esclarecimento ao Sr. Tenente-General quanto à utilização da figura de segredo de justiça, na medida em que ela não é oponível a esta Comissão Parlamentar de Inquérito e, portanto, não responder porque a matéria está sujeita a segredo de justiça não é resposta que seja aceitável.

Nessa medida, pedia-lhe que referisse o conteúdo concreto do que estava a mencionar.

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Estou disponível para responder à porta fechada, se entender.

O Sr. **Presidente**: — Eu interpretei nesse sentido, Sr. Deputado.

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Essa questão tem a ver com aspetos processuais e eu creio que posso voltar a ler o último parágrafo da minha intervenção inicial, que tem a ver exatamente com um despacho da Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República no sentido de ter um conjunto de limites que têm a ver, sobretudo, com questões processuais e com o facto de ter sido ouvido como testemunha.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, clarificando e respondendo diretamente à interpelação feita pelo Sr. Deputado, a questão foi agora clarificada pelo Sr. Tenente-General, que reconhece aquilo que é óbvio, ou seja, o segredo de justiça não é oponível à Comissão de Inquérito, mas, nos termos do artigo 15.º, pode ser fundamento para a prossecução dos trabalhos à porta fechada, o que — como é do conhecimento das Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados — tem ocorrido, aliás, várias vezes, ao longo destas reuniões.

No momento em que vier a ser requerido por algum dos grupos parlamentares que estão no uso da palavra, será, obviamente, objeto de votação. Penso que não será o caso neste momento, mas, obviamente, é um critério que fica...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Muito bem, Sr. Presidente, mas não tinha acontecido. O Sr. Tenente-General não tinha dito que queria falar à porta fechada, e respeitamos isso. Mas teria que o formalizar para que não fique a resposta apenas em que invocou o segredo de justiça sem mais.

Estamos de acordo que invoque o segredo de justiça e que responda à porta fechada.

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Clarifico a questão. Sr. Deputado, aquilo que eu referi foi que tinha de ter a salvaguarda dos limites inerentes à tramitação do processo em que prestei declarações a meu pedido na qualidade de testemunha.

Tem a ver com o seguinte: o senhor perguntou-me em que ocasiões e há uma ocasião em relação à qual pude dizer-lhe e há outra em que, efetivamente, só poderei dizer à porta fechada, ainda que me pareça que tal não vai trazer muita luz ao processo.

De qualquer maneira, estando eu limitado, entenderá que não posso falar.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sim, Sr. Tenente-General.

E eu não tenho mais nenhuma pergunta. Tínhamos é de clarificar que a sua resposta ficaria para um momento posterior, e ficou clarificado. Aceitamos perfeitamente. Não temos nenhum problema com a reunião à porta fechada.

Portanto, Sr. Presidente, terminei as perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Segue-se agora o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata. Tem a palavra, nos mesmos termos, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Barata Lopes. Dispõe de 8 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, agradeço ao Sr. Tenente-General Martins Pereira por estar aqui e por se disponibilizar, como disse no início, para buscar a verdade e tentar trazer alguma clareza sobre o incidente de Tancos.

Sr. Tenente-General, como sabe — porque já o disse aqui e tem acompanhado os trabalhos —, ouvimos aqui várias versões nomeadamente no que diz respeito ao aparecimento do material. Aliás, o Sr. Tenente-General também disse que fez algumas referências à ideia de que isso baterá certo com o que disse a pessoa *x* ou a pessoa *y*.

No caso, o Sr. Major Vasco Brazão deu-nos aqui uma versão do que foram os acontecimentos, nomeadamente no que diz respeito ao episódio no gabinete consigo, portanto, com o Sr. General enquanto Chefe de Gabinete do Sr. Ministro da Defesa Nacional, à altura, e ontem o Sr. ex-Diretor da PJM deu-nos uma versão ligeiramente diferente. De facto, algumas das

coisas que aqui disse corroboram uma das versões e outras coisas corroboram a última versão que ouvimos.

Tenho de dizer-lhe isto e fazer-lhe esta pergunta: eu compreenderia, e creio que compreendemos todos, que não nos lembremos de coisas que acontecem e que não percebemos, mas que depois vão assumir a importância que assumem. Mas já estamos a falar de uma altura em que o material tinha aparecido, já tinha havido o assalto a uma instalação militar em Portugal, o País já estava suficientemente incomodado com o assunto e de certeza que o Sr. General também, por ser o militar que é e pelo que isso afeta, de certa maneira, o prestígio das nossas Forças Armadas.

Portanto, na altura em que o material aparece — independentemente dos contornos, já lá vamos —, este não é um assunto que plausivelmente o torna grave, como tudo o que diga respeito aos seus contornos?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Quando se diz «este assunto é grave» ou «torna-o grave», refere-se à recuperação do material?

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Na altura da recuperação do material não tinha já a noção de que este era um assunto grave?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Muito antes, já no segundo a seguir em que tive conhecimento de que tinha acontecido uma situação como esta. Obviamente que o assunto é muito grave.

Poderemos fazer uma análise posterior, do que poderá provocar, em termos de danos, aquele material, mas a questão não é essa. Há uma falha grave de segurança. Se o desaparecimento de um documento classificado, por exemplo, é uma falha grave de segurança, o roubo de um paiol é gravíssimo! Põe em causa, obviamente, todo um contexto de segurança, não

só das Forças Armadas, e daí que, obviamente, quem está em funções de comando desenvolva todo um conjunto de medidas.

Do Gabinete do Sr. Ministro, por indicação do Sr. Ministro, e depois consubstanciado nos despachos do Sr. Ministro, foram tomadas medidas aos vários níveis, não ao nível da investigação criminal, que segue o seu curso dependente de quem tenha as competências para o efeito, mas em termos administrativos, obviamente, para evitar que algo possa vir a acontecer e eventuais consequências deste furto. É óbvio que foram tomadas, daí eu ter a perfeita noção de que este era um assunto grave. Não está em causa qualquer dúvida sobre isto.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Compreende, assim, que para nós seja difícil, que tenhamos de fazer um grande esforço para compreender, quando nos diz que «não é plausível que eu tenha solicitado a reunião», isto relativamente a essa reunião de 20 de outubro; «é plausível, é possível que eu tenha falado com o Ministro». «O que reportou ao Sr. Ministro da Defesa nacional?», perguntava o Sr. Deputado Jorge Machado, e respondeu: «É provável, é plausível que eu lhe tenha ligado»!

Tinha sido roubada uma instalação militar em Portugal, estávamos a falar do aparecimento do material, o que já tinha acontecido um ou dois dias antes. «É plausível, é possível que lhe tenha ligado». Compreendo que para nós, decerto, não estará a fazer com má intenção, mas também compreenda que para nós seja complicado perceber que o Chefe de Gabinete do Sr. Ministro da Defesa não esteja em alerta máximo, como, com certeza, estaria relativamente a este assunto, independentemente dos contornos que depois a reunião veio a ter.

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Sim, senhora. Eu não disse que era plausível que não tenha falado com o Sr. Ministro disso. Eu

falei com o Sr. Ministro deste assunto, o que não relatei foi o completo teor do documento, isso não relatei, mas falámos deste documento e dos assuntos que ali estavam, nomeadamente do informador e da questão do Fechaduras.

O que continuo a dizer, ainda hoje, olhando para este documento é que desafio seja quem for a verificar. Aliás, como vê aqui, essas análises são possíveis. São possíveis, obviamente, mas eu não verifiquei nessa altura e o que estava ali em causa, em termos da intenção da reunião, para mim, e de acordo com o que me fui recordando, foi, efetivamente, a questão da tensão e o facto de se exacerbar essa tensão e de algo que aparecia escrito, que eu disse que tinha aqui, da «vingança até à morte». Não fui eu quem criou isto, certamente, deve ter sido falado ali. Portanto, era indiciador de que o assunto foi este.

Estou convencido disto e foi nesta base que falei com o Sr. Ministro. Não lhe li o documento todo, obviamente não. Falámos do assunto e da reunião, como já lhe disse, e é provável que lhe tenha ligado imediatamente, ali. Não posso precisar se liguei ou não, mas é provável, é lógico, pois se estou a receber umas pessoas que normalmente não recebo sem o Sr. Ministro é provável que lhe tenha ligado a dizer «tenho aqui estas pessoas, vou falar com elas» e que o Sr. Ministro me tenha dito «passe ao Sr. Diretor». Também é plausível.

Se me lembro e posso afirmar que tenha sido mesmo assim, tenho algumas dúvidas em fazê-lo, sinceramente. Lembro-me que durante o dia este assunto veio à baila, lembro-me de falar disso e tenho a noção que eles estavam apavorados com a situação. Hoje conseguimos saber porquê, mas na altura não tínhamos essa noção nem eu fiquei com essa noção. Dei-lhes a indicação de que falassem com o Estalagem para tentarem diminuir a crispação existente. Foi essa a indicação que lhes dei.

Não estou a pôr em causa a gravidade da situação. É grave, sempre, quando há falta de coordenação, mas a Sr.<sup>a</sup> Deputada tem a noção de quantas

reuniões se fazem com os vários órgãos por causa da questão da coordenação e da informação, anualmente? Fazem-se dezenas, só para resolver esse problema.

Há plataformas que não funcionam e esse é, efetivamente, um problema que existe, não só no nosso País como noutros países. Estou perfeitamente ciente disso e sei que essa situação é normal, que haja críspação quando alguém atingiu o objetivo de recuperar o material e é natural que a outra parte tenha, eventualmente, ficado menos satisfeita e se não lhe foi comunicado como deveria, na altura certa, isso dói, obviamente, e produz reacções. Foi isso que eu entendi, nessa altura.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Já lá vamos, à questão desse documento, o memorando que não é memorando.

Há pouco disse que não estava em condições de nos dizer se tinha ou não solicitado a reunião. A versão do ex-Diretor da PJM é que foi contactado pela Secretária do Sr. General para que se dirigisse nesse dia ou, não podendo, como aparentemente não podia, na manhã seguinte, o que corresponde à ideia de que a reunião ocorreu cedo, como há pouco nos disse. Na versão do Major Vasco Brazão, não, foi por iniciativa do Sr. ex-Diretor.

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, até ontem, até ter ouvido aqui o Sr. ex-Diretor da Polícia Judiciária Militar, eu respondi quase sempre, se não sempre, a pedidos do Sr. Diretor da Polícia Judiciária Militar no sentido de se encontrar com o Sr. Ministro, para ouvir, entregar ou falar alguma coisa, de uma forma sempre muito discreta — até poderia dizer furtiva, sempre a horas matinais.

Isso aconteceu sempre dessa forma. Enfim, pode ser da personalidade dele, não tenho nada contra isso. Portanto, até ontem, eu estava completamente convencido... A única dificuldade que eu tinha era a de

precisar se a reunião tinha ocorrido no dia anterior ou de manhã. E provavelmente nem terá sido comigo, terá sido com a minha Secretária, que me terá dito do seu local, que está ligeiramente atrás de mim: «Como é? Está aqui um assunto urgente para amanhã» e eu devo ter respondido: «Olhe, como o Ministro não está é melhor dizer que não». Estou a pensar alto. «Mas é urgente.». «Então, venha logo de manhãzinha, porque eu não tenho outra agenda». Isto, para mim, terá sido o normal. Ou muito cedo, de manhã, ou no dia anterior.

A versão que ontem ouvi do Sr. Diretor não me parece plausível, tendo em conta o contexto que eu vivia nessa altura. Só se me tivesse sido pedida por alguém. Como o Sr. Ministro, certamente, não me pediu e ele também não se lembra disso, nem da reunião que eu tive, fomos reconstituindo aos poucos essa ideia. Portanto, acho pouco plausível que isso tivesse acontecido.

É nesse aspeto que digo e estou mais convencido e continuo mais convicto de que, efetivamente, tenha sido um pedido de audiência por parte do Sr. Diretor da Polícia Judiciária Militar e não um contacto estabelecido para que ele viesse. E muito menos com uma palavra tipo código, «Chamusca», como eu ouvi aqui ontem.

Conheço a palavra «Chamusca», como é evidente, e andei por lá algumas vezes, qualquer militar do Exército em Santa Margarida, que se preze, passou na Chamusca, obviamente, mas neste processo, a palavra «Chamusca» foi pronunciada na primeira reunião, no dia 18, e depois no comunicado.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Então, para tentarmos perceber da gravidade que o assunto tem: do que percebi, estive, no dia 18, em conjunto com o Sr. Ministro, com o, à altura, Diretor da PJM. Correto?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Verdade.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Presumo que tendo sido imediatamente a seguir ao aparecimento do material se tenha falado sobre o aparecimento do material.

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Obviamente.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — O que é que o ex-Diretor da PJM lhe disse que tenha sido diferente do que está no comunicado que todos conhecemos?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Nada, a não ser que — e está no comunicado — fomos informados: «O Sr. Ministro está informado das diligências que estão a decorrer».

As diligências que estavam a decorrer naquela altura eram: em Santa Margarida ficaram elementos da Polícia Judiciária Militar; estariam elementos da Polícia Judiciária a ir para o local — era a indicação que eu tinha — e não me lembro de mais nada, sinceramente.

Ele deu-nos uma ideia do material, contou-nos que material estava ou que não estava. Disse que, provavelmente, faltariam as munições de 9 mm, falou nisso nessa altura. Pode dizer-me que é estranho, mas, na altura, ficámos com a ideia de que era a única coisa que faltava. Creio que ele até me terá dito isso no telefonema que me fez por volta das 9 horas da manhã, por aí. Eu comuniquei ao Sr. Ministro e o Sr. Ministro ter-lhe-á ligado de imediato. Passada cerca de uma hora ou uma hora e pico ele estava ali connosco.

Se me perguntar onde estava o Diretor... Ele não me disse. Não me disse se estava perto ou longe, de onde vinha ou para onde ia. Isso ele não

referiu, apenas me referiu que tinham sido encontradas armas e eu informei o Sr. Ministro.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Mas não era isso que eu ia perguntar-lhe. O que lhe ia perguntar era o seguinte: isso aconteceu no dia 18, apareceram as armas, que, volto a dizer, foi um acontecimento suficientemente importante para assumir a gravidade que assume. No dia 19, quer tenha sido a Secretária do Sr. General, quer tenha sido o próprio ex-Diretor a solicitar a reunião, solicitou-se uma reunião que, presumo, resulta óbvio, não sei o que foi dito, o Sr. General também não sabe, até porque não se lembra, acha pouco plausível que o telefonema tenha sido feito do seu gabinete —, mas o ex-Diretor da PJM, no dia a seguir a ter sido encontrado o material, pede para reunir, com muita urgência.

Isto não configura alguma gravidade? Não lhe pareceu que pudesse ser um assunto importante, considerando que é o ex-Diretor da PJM o mesmo com quem estive no dia anterior, depois de ter aparecido o material?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Até agora ainda não disse que era grave ou que deixava de o ser. Aliás, não faria qualquer sentido que um Diretor viesse falar com o Sr. Ministro se a situação não fosse grave.

O que eu digo é que a gravidade estava na questão da crispação que eles sentiam. Eu não sabia o que é que eles tinham sentido. Hoje sei que houve uma reunião tempestuosa na PJ no dia 19, mas nessa altura não me falaram disso, nunca soube disso.

Portanto, nunca disse que a situação não era grave. Eu tentei, dizendo-lhes: «Resolvam o problema, se é um problema de relação com a PJ é no âmbito funcional da investigação». Eu sabia que tinha havido um telefonema da Procuradora-Geral da República para o Sr. Ministro e, portanto, poderia

ter havido irregularidades. Portanto, eu disse-lhes exatamente isso: resolvam o problema com o Coronel Estalagem.

Naturalmente que quando falei com o Sr. Ministro ficámos à espera de que algo viesse da Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República para consubstanciar se efetivamente esta suposta irregularidade, na altura, era grave ou não era grave.

Daquilo que ali estava, sinceramente, o que entendi é que aquilo era uma tática normal de investigação.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Essa espera vem já depois da reunião, portanto, resulta da reunião que teve, é isso?

Essa espera de que fala, relativamente ao contacto eventual da Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República e da resolução já...

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — A Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República telefonou, no dia 18, ao Sr. Ministro. E o Sr. Ministro falou-me disso nesse dia.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Disse agora, aqui, que, do que resultava daquilo que tinha sabido, o que disse foi que tentassem resolver. Mencionou, novamente, o Coronel Estalagem. Portanto, tudo o que está a dizer remete àquilo que aconteceu nessa reunião do dia 20.

Isto para dizer que, exatamente por essa gravidade, que reconhece, a nós também nos parece plausível que tenha informado o Sr. Ministro que ia receber o Sr. Diretor, à altura, da PJM.

Relativamente ao que aconteceu nessa reunião, disse-nos que passou os olhos pelo documento e que lhe chamou a atenção a questão da chamada. Até nos tinha dito, antes, que, relativamente ao documento — e assumindo este aqui que aparece, segundo aquilo que decorre, mas quero que me

confirme isso também —, aquilo que não estava lá era a palavra «memorando», porque no jornal *Expresso* vem a palavra «memorando» em cima.

Disse também que tirou uma fotografia a este documento, portanto, tem a noção do que corresponde ou não à verdade desta versão publicada pelo *Expresso*. Ela corresponde à verdade do documento que fotografou?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Na sua essência, sim. Há pormenores que aí faltam. Há pormenores, não são muitos, mas há pormenores que faltam e há outros que estão a mais.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Não quererá partilhar connosco o conteúdo da fotografia que tirou?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Direi em... Primeiro, vocês podem pedi-la, como é evidente, à Procuradoria-Geral da República.

Posso falar disso, sem problema nenhum, mas não posso entregar-lhe o documento.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Mas pode falar nisto agora? Ou terá de ser à porta fechada, isso?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Isso de...?

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — O conteúdo do documento, o que está no seu telemóvel.

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Sim, o conteúdo do documento. O documento que está no *Expresso* é muito próximo do...

Aliás, já referi aqui alguns aspetos. Olhando para o documento, efetivamente, como sabem, porque é público — entreguei-o no dia 9 de outubro de 2018, creio, no DCIAP (Departamento Central de Investigação e Ação Penal), ainda antes de, efetivamente, ter sido ouvido —, não há diferenças substanciais. Contudo, aquilo que digo é que há pequenos pormenores que aí não estão.

Não sei se falta algum parágrafo. Cheguei a fazer uma análise mais específica e creio que não falta nenhum parágrafo, mas há um ou outro parágrafo que não tem uma ou outra frase.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Este documento, o do *Expresso*, que é aquele a que temos acesso, como toda a gente, diz «O Major Brazão dá ordem a um militar seu para, às 3 da manhã, fazer uma chamada para o piquete que, nesse dia, era o próprio Major Brazão».

Portanto, daqui decorre que a dita chamada, que era feita na margem Sul, não era do informador e para proteger o informador. Diz cá: «o Major Brazão dá ordem a um militar seu...».

Quando passa os olhos, como disse, pelo documento e lê «o Major Brazão dá ordem a um militar seu...», não percebe que há, no limite, um envolvimento da própria PJM?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Não, porque antes há algo que diz — nesse documento, que também pode ler —, que o informador da PJM diz que terá de ser feita uma chamada anónima, da margem Sul, de um local que possa ser identificado. Portanto, é nesse sentido que entendo essa ordem, obviamente. E por isso é que lhe fiz a pergunta: ele vai ao lado de lá porquê?

É que essa ordem, obviamente, é para o indivíduo ir ao lado de lá para cumprir este requisito, vamos chamar-lhe assim, do informador.

Eu entendo isto, entendi, sinceramente. Eu fiz isto: «o senhor vai a tal sítio, mas eu tenho de estar a vigiá-lo».

Foi neste sentido e isto, para mim, tendo eu sido um operacional — neste momento não sou assim tão operacional, como é evidente —, fazia sentido. E foi nesse sentido que entendi essa ordem.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Só para esclarecer: quando diz «vai a tal sítio para eu estar a vigiar», é o militar ter de ir àquele sítio para o informador poder vigiá-lo, é isso?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Obviamente. Obviamente.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Mas — pelo menos, faz crer —, decorre, obviamente, daqui que há uma interação que não é um encobrimento, mas antes uma encenação no aparecimento das armas. Elas não estavam, simplesmente, ali, e alguém passou, viu e deu a indicação. Não!

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Não. É uma tática que o informador pretende utilizar, para se garantir a sua segurança, e que eles têm de cumprir sob pena de não terem eficácia na sua ação.

Foi isso que entendi.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Portanto, as armas não apareceram na Chamusca, alguém passou, viu e deu a indicação. Não.

Foi combinado com a PJM onde é que iam buscar as armas?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Essa conclusão é da Sr.<sup>a</sup> Deputada, não é minha.

*Risos da Deputada do PSD Joana Barata Lopes.*

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Ó Sr. General,...

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Ó Sr.<sup>a</sup> Deputada, o que me está a dizer, que alguém passou e viu... Já vi três, quatro, cinco versões do que se passou, em jornais; histórias completas, umas de uma maneira, outras de outra.

O que digo é: perante esta situação, aquilo que entendi foi uma tática normal de investigação, em que há uma interação com informadores e em que os informadores põem determinadas condições, que foram cumpridas com base...

Mas, se me pergunta: em termos de *timings*, tempos, verifiquei isso nessa altura, se o documento permite ver isso? Não! Na minha opinião. Pode fazer a análise de 50 pessoas, se calhar chegaremos... Não é por acaso que o método científico exige, muitas vezes, essas questões.

O que entendo é como é que há pessoas que fazem uma... Veem isto da primeira vez e, de imediato, conseguem chegar a essa conclusão.

Tenho pena. Se tiver um... Se for intencional na minha análise, provavelmente, posso chegar a essa conclusão. Como posso chegar a outra.

Também me pode acusar de que estou a ser intencional. Mas o que entendi — é o que lhe estou a dizer —, foi isto: numa breve reunião é o passar por aqui. Entendi porque, se calhar sou um operacional porque se fosse outro, ao ler, se calhar, não percebia.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Creio que o que se entende daqui é que foi combinado o aparecimento do material, o que é diferente. E isto serve para chegar a uma outra conclusão.

O Sr. General disse sempre que não teve noção do encobrimento, mas não disse que não teve noção da encenação no aparecimento do material, o que são duas coisas diferentes: uma é se lhe perguntaram se teve a noção de que estavam a ser encobertas as pessoas que roubaram; a outra é se teve noção da encenação no aparecimento do material.

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Vou procurar aquilo que referi, porque, efetivamente, foi pensado.

Posso dizer-lhe, com todo o risco de me enganar, ou seja, correndo o risco de que aquilo que eu disse não tenha sido exatamente isso, pois, quando utilizei o famoso termo «descortinar», efetivamente, não descortinei. Quando estou a verificar qualquer coisa do... Não consegui, não consegui descortinar, nessa altura, que efetivamente se tratava de qualquer encenação ou de qualquer encobrimento. Não descortinei.

Para mim, foi uma operação executada por, ou uma investigação, um contacto com um informador, que lhes ficou de dar uma informação. E para dar essa informação, exigiu um conjunto de requisitos, entre os quais estar a ver — foi aquilo que entendi — a quem ele dava essa indicação.

Mas dizer quando foi o dia, quando não foi, se foi combinado para ser assim? Daqui não consigo verificar.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Disse que não destruiu os documentos. O que é que lhes aconteceu?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Não destruí, tirei-lhes uma cópia. Eu não sabia onde é que os tinha, sinceramente. Pensei que os tinha destruído.

Aliás, talvez o senhor advogado tenha sido o primeiro a quem disse, quando me dirigi a ele: «olhe, não me lembro, provavelmente destruí-os. E

provavelmente, também, apaguei tudo o que tinha. Mas tirei uma fotografia a esses... a essas... a essas... a esses documentos, exatamente para ficar para memória futura». Quem passa naqueles gabinetes, normalmente, fica com algumas coisas para memória futura, não numa perspetiva de...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Há quem contrate serviços de fotocópias!

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Não foi o meu caso, mas o facto é que, da forma como me disseram «destrua os documentos» — eu ando cá já há mais de 40 anos, e sou Tenente-General, portanto já passei por muitas funções, já fui comandante de várias situações —, naturalmente, entendi que o devia guardar. E fiquei muito assustado, comigo próprio, quando isto aconteceu, a pensar «não tenho isto? Mas eu tinha isto».

Sinceramente, pensei que os tinha destruído, mas, efetivamente, vim a encontrá-los, posteriormente.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Mostrou essa fotografia ao Sr. Ministro?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Não me lembro.

Falei do assunto ao Sr. Ministro. Se lhe enviei, se não lhe enviei, se lhe mostrei...

Eu não me lembro e o Sr. Ministro diz que nunca viu o documento. Eu confio no Sr. Ministro e, portanto, não consigo dizer se enviei ou se não enviei.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Não levará a mal que nos pareça estranho que não tenha mostrado? Quando mais não seja, porque,

como aqui diz, percebeu — e vou citá-lo —, «pela forma como lhe pediram que os destruísse...».

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — É lógico que sim, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Mas também é lógico que, no contexto em que estávamos, depois de termos falado, de termos identificado qual era o problema — porque falámos do assunto, disso não há dúvida nenhuma, falámos do assunto —, a questão que estava ali em causa era a que tinha sido levantada pela Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República, e que era uma visão, obviamente, de um dos corpos que estava em causa. Quanto ao outro, nem sequer tivemos acesso a qualquer informação, como é evidente. Mas este entendia, e veio explicar-nos a ideia deles, veio dizer: «houve isto e nós não informámos por esta questão». Foi esta a ideia que ficou e foi disto que, efetivamente, falei com o Sr. Ministro.

Se... Obviamente que tinha intenção, um dia, de ... O que é que aconteceu?

Isto foi na sexta-feira, em que o Sr. Ministro estava no Porto. Foi ao Porto na quinta-feira, voltou para baixo, foi à reunião do Conselho Extraordinário. Nós falámos várias vezes, durante esse dia, e na manhã de sábado — mesmo durante o Conselho estivemos, praticamente, sempre em contacto, com SMS (*Short Message Service*) —, por questões destas, mas o contexto que ali estava deu prioridade a outras questões.

Falámos disso? Falámos! Se eu mostrei ou não mostrei? Não me lembro. E o Sr. Ministro diz que nunca viu o documento. Nem o quis ver. Nem o quer ver, certamente. Não sei qual é a opinião dele.

Mas falei com ele e procurei saber. Depois de ter encontrado o documento, disse-lhe: «Sr. Ministro, encontrei o documento, de facto, passa-se isto assim e assim». Ao que ele disse: «Lembro-me de ter falado. Não me lembro, nunca, de ter visto o documento».

E eu disse-lhe: «Olhe, também não consigo precisar se o enviei, se não enviei e se houve um momento em que lho mostrei. Não consigo precisar».

O Sr. **Presidente**: — Agradeço ao Sr. Tenente-General os esclarecimentos até agora prestados.

Passo, agora, a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, à Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria da Luz Rosinha, que pode fazer uso do tempo nos mesmos termos.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Tenente-General, desde já agradeço, em nome do Partido Socialista, a sua disponibilidade para estar aqui, hoje, bem como ao Dr. Francisco Batista.

Da audição de ontem, ao Sr. Coronel Luís Vieira, de que já demos conta que o Sr. General também acompanhou — ou, pelo menos, algumas partes —, resultaram algumas dúvidas. Como já foi referido, resultaram também algumas diferenças na exposição em relação a um momento anterior, desde logo, do Major Vasco Brazão.

No entanto, em primeiro lugar, queria dar nota de algo que já foi referido, mas que queria voltar a referir: no dia 3 de junho, o Coronel Luís Vieira diz ter recebido uma chamada da Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República, no âmbito do processo de investigação que estava em curso. Conversa telefónica essa que não correu nada bem; e não correu nada bem a partir do momento em que ele tomou conhecimento de que o processo passaria para a esfera de ação da Polícia Judiciária, saindo, dessa forma, da alçada da Polícia Judiciária Militar, o que ele considerou ser uma violação da lei.

Neste sentido, ele foi falar com o Sr. Ministro da Defesa, para lhe dar conta do seu descontentamento com essa decisão. E o Sr. Ministro ter-lhe-á

dito, simplesmente, que, no dia seguinte, 4 de julho, estivesse em Tancos, por volta das 15 horas, porque haveria uma visita ao local onde estaria também o Sr. Presidente da República.

O Sr. Tenente-General também esteve em Tancos nesse dia 4 de julho?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Estive sim senhora, mas não posso dizer se o Sr. Diretor telefonou, se esteve com o Sr. Ministro. Não sei e não me lembro também de o Sr. Ministro me ter falado disso.

Estive em Tancos e falámos, obviamente, de lá irmos, mas não me lembro nunca... Sabia que ia lá estar a Polícia Judiciária Militar, isso sabia.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Então, no dia seguinte, o Sr. Coronel Luís Vieira esteve em Tancos; o Sr. Ministro esteve em Tancos; o Sr. Presidente da República esteve em Tancos, assim como também esteve o Sr. Tenente-General.

Pergunto: o Sr. General, que esteve em Tancos nesse dia, deu conta de o Sr. Diretor-Geral da Polícia Judiciária Militar ter informado o Sr. Presidente da República da situação relativa à titularidade do processo?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — A quê?

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — À titularidade, ou seja, àquilo que o aborrecia, ao processo ter passado da Polícia Judiciária Militar para a esfera da Polícia Judiciária.

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, todos os que estavam naquela sala perceberam que efetivamente o Sr. Diretor da Polícia Judiciária Militar não estava contente com a possível atribuição...

Nessa altura, não fiquei ciente, e, certamente, todas as pessoas que ali estavam também não, de que isso já estava completamente decidido.

Sinceramente, não fiquei com a noção de que já tinha sido decidido pela Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República. O que sabíamos é que havia essa intenção mas, depois, vim a saber que os procuradores já tinham feito qualquer diligência nesse sentido.

Mas, efetivamente, isso foi falado nessa reunião. Não podemos dizer que tenha sido propriamente uma reunião. No final de uma visita, entrou uma série de pessoas, o que, de facto, corresponde, mais ou menos, à imagem que foi dada aqui ontem de que várias pessoas estavam, mesmo elementos de Unidades adjacentes, e foi mencionado... Não foi propriamente informado... Dizer «informado» é demasiado específico, penso eu.

Mas foi mencionado pelo Sr. Diretor da Polícia Judiciária Militar que não estava feliz...

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Deu conta do seu descontentamento!

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Mais ou menos. Podemos dizer que foi isso, mas não sei se foi essa a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Então, sabe se o Sr. Presidente da República disse que ia falar com a Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, já agora, podemos adiantar serviço, e se o Sr. Ministro da Defesa ficou de falar com a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça!?

Sinceramente, não consigo identificar que essas tenham sido ações que ficaram imediatamente definidas assim, dessa forma. Que houve a ideia de

que poderia ter sido feita ou, eventualmente, que se fizesse alguma ação no sentido da sensibilização, talvez. Não fiquei com a ideia de que houvesse uma definição exata de tarefas como foi aqui dito.

Mas, provavelmente... Bem, eu poderia não estar totalmente atento a essa situação. Estava bastante barulho, estava muito quente na sala e eu não estava muito próximo. Não sei se isso foi feito ali.

Também não me apercebi daquilo que ontem foi aqui dito pelo Sr. Diretor e se isso foi feito numa fase em que estive mais próximo do Sr. Presidente ou se foi ali.

Sei que isso foi mencionado, sei que foi abordada a questão da competência da Procuradora-Geral da República para fazer isso. Se isso teria ou não, efetivamente, ferido outro entendimento ou se teria havido um mau entendimento da lei, isso não foi propriamente discutido ali.

Mas era uma matéria sensível, foi afirmado que o era e que se poderia eventualmente sensibilizar, mas não ficou decidido, na minha opinião, porque se tivesse ficado eu teria apontado e iríamos desenvolver alguma atividade. Não me parece muito lógico pôr em causa essa situação, mas não fiquei com a ideia de que ficassem essas tarefas assim tão bem definidas. Mas é provável, porque se falou nisso efetivamente.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — No caso do Sr. Presidente da República, hoje já foi emitido um esclarecimento sobre o assunto.

Queria perguntar o seguinte: a Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República telefonou ao Sr. Ministro dando conta da sua incomodidade pelo facto de a Polícia Judiciária Militar estar a atuar fora daquilo que era a sua competência no momento? Ou seja, fazendo uma investigação paralela de que aqui já se falou?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Está a referir-se a que data? O contacto que soube da Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República foi no próprio da recuperação do material

Não posso precisar exactamente a hora, mas talvez tenha sido no início ou a meio da tarde, talvez.

Mas o Sr. Ministro falou-me disso.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Era isso mesmo, obrigada.

Também queria perguntar se a Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República remeteu ao Sr. Ministro algum documento sobre a situação que se vivia entre as duas polícias judiciárias e sobre o não acatamento da Polícia Judiciária Militar da decisão tomada.

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, que eu conheça oficialmente não remeteu.

Mas posso contar-lhe um episódio que se passou com outra área governamental. Muitas vezes, isto são questões de justiça e, portanto, como disse, há situações em que, por exemplo, em relação aos militares, a competência disciplinar reside no Chefe do Estado-Maior do Exército, quando esses militares estão em funções fora das Forças Armadas.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Na PJM há militares que não são do Exército!

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Eu falei da Polícia Judiciária Militar? Não. O que disse foi que militares que estão fora das Forças Armadas, noutras situações, como no Governo, em autoridades, etc., e em relação a todos eles a competência disciplinar é do Chefe do Estado-Maior respetivo.

O que acontece é que houve uma situação dessas, tivemos uma situação dessas e foi-me enviado um simples *e-mail*... Melhor, até me foi enviado inicialmente por um órgão que é responsável, e que o Sr. Deputado Ascenso Simões conhece muito bem, pela ação disciplinar, quer dizer, não é pela ação, mas normalmente é quem desenvolve os processos disciplinares no âmbito da Administração Interna...

Mas entendemos que isso deveria vir pelo gabinete do respetivo ministro. Isto é normal, porque, efetivamente, vai à apreciação do ministro, vem a este ministro e desce ao órgão que tem a competência. Portanto, se isso acontecesse, obviamente, a Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República deveria enviar isso, ou mandar enviar, pelo seu chefe de gabinete, como mandou outras coisas, para o Ministério da Defesa Nacional. Não aconteceu. Não recebemos nada.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — O Sr. Tenente-General já falou hoje aqui que, para memória futura, tinha tirado uma fotografia daquele documento que lhe foi entregue no dia 4 de agosto...

Não, não é desse que não sabe, peço desculpa. É do de 20 de outubro que não sabe, mas já lá irei.

No dia 4 de agosto, o Sr. Coronel Luís Vieira disse, também para memória futura, que entendeu que tinha de passar a escrito a conversa que tinha tido com o Sr. Presidente da República e com o Sr. Ministro da Defesa de modo a que a sua opinião ficasse escrita. Por isso, foi ao gabinete do Sr. Ministro da Defesa tendo sido recebido pelo próprio, onde teve oportunidade de entregar esse memorando em papel timbrado, com data e com assinatura.

Esse memorando sobre o que tinha dito na reunião de 4 de julho também terá sido enviado ao Chefe da Casa Militar do Sr. Presidente da República. Confirma?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Não consigo confirmar se houve uma reunião com o Sr. Ministro onde ele entregou isso. Não consigo confirmar.

Consigo confirmar que houve uma altura em que falámos eu, o Ministro e o Sr. Diretor-Geral da Polícia Judiciária Militar — não foi no gabinete — e em que, efetivamente, se falou muito da autonomia da PJ, etc.

Não sei se foi nessa altura que ele nos entregou esse documento. Portanto, não posso precisar, não me lembro de ele entregar algo ao Sr. Ministro. Até ouvi aqui, não sei se me vai fazer a pergunta a seguir, que a ação subsequente poderia ser feita.

Efetivamente, não consigo precisar. Se esse documento existe? Já o vi, ele existe, de facto. Não vem endereçado ao Sr. Ministro da Defesa, não tem número, não foi enviado de forma oficial e entendo-o como um elemento de informação que existe no Gabinete do Ministro.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Passemos um pouco mais à frente. No dia 19 de outubro — já foi aqui dito que há uma discrepância entre o que foi dito ontem e o que foi dito hoje —, o Sr. Coronel Luís Vieira terá recebido um telefonema da secretária do Sr. Tenente-General pedindo-lhe que fosse ao seu gabinete no dia seguinte, sendo que nesse dia ele lá foi muito cedo, ainda estavam os portões fechados. Isso coincide nas versões quer do Coronel Luís Vieira, quer do Major Vasco Brazão.

Aí terá perguntado qual era o assunto e foi-lhe dito que era «Chamusca». Nesse encontro, terão entregado um documento que não estava assinado, segundo a versão deles, não estava datado, nem era em papel oficial, não era timbrado. Nesse documento davam um esclarecimento, e isso talvez venha ao encontro do que o Sr. Tenente-General disse, e mostravam-se assustados. O documento era uma tentativa de dizer que o que estava no

relatório do Ministério Público e o que tinha vindo a público não correspondia exatamente à encenação que tinha acontecido.

Sobre isto e sobre a questão da encenação, tendo dito também o Sr. Coronel Luís Vieira que aquilo que lhe interessava era encontrar as armas, o que é que se lhe oferece dizer?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, muito obrigado pela pergunta.

Vou procurar responder, no fundo, às várias questões que foi produzindo. A primeira é se efetivamente confirmo que houve um contacto no dia 19. Ainda hoje tentei, junto da minha secretária de então, ver se ela se lembrava, mas não se lembrava.

O normal procedimento, como ela me disse, era o Sr. Diretor telefonar, com pouco tempo de antecedência, para procurar reunir com o Sr. Ministro, normalmente com o Sr. Ministro. Certamente, se calhar, não conseguia falar com o Sr. Ministro. Normalmente era assim.

Neste caso, porque a intenção da reunião era que fosse comigo, terá pedido essa situação. Não confirmo, não consigo confirmar que no dia 19 houve um contacto para a minha secretária no sentido de haver essa... Melhor, de ser eu a falar com ele ou ele a falar comigo? Agora perdi-me...

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — O Sr. Tenente-General a falar com ele...

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Eu a falar com ele?! Isso garanto-lhe que não. Não me lembro nunca de ter... Não me lembro, sinceramente!

Porque se isso acontecesse, teria certamente uma razão para tal e lembrar-me-ia muito melhor desta reunião, obviamente.

Não confirmo isso!

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Sr. General, porque o tempo já está curto, vou colocar-lhe três questões...

O Sr. Ten. Gen. **Antônio Martins Pereira**: — Sr. Deputada, não respondi a tudo. Se calhar ganha tempo!

Não respondi totalmente. Sobre a questão de chegarem cedo e de os portões estarem fechados, não me parece que os portões estivessem fechados, porque eu já estava lá dentro!

Eu, a minha secretária, a Sr.<sup>a</sup> Capitão, uma série de pessoas já estavam no Gabinete do Ministro. Eu chegava normalmente por volta das 8 horas e 20 minutos, 8 horas e 30 minutos. Não é assim tão cedo! E a essa hora estão todos os portões abertos naquele edifício.

Que é cedo para reuniões, é, efetivamente. A razão de ser, e já falei do contexto... Lembro-me perfeitamente que tive uma reunião muito atribulada a seguir com vários elementos da Força Aérea, com elementos da Secretaria-Geral, com elementos da Direção-Geral de Recursos sobre questões orçamentais, porque estávamos já muito próximos do fim do ano e havia várias insuficiências que tínhamos de tentar resolver.

Portanto, lembro-me perfeitamente de que houve essa reunião muito cedo. Foram trazidos à minha presença pela Sr.<sup>a</sup> Capitão, penso, tenho essa noção...

...à minha presença, penso, pela Sr.<sup>a</sup> Capitão. Tenho essa noção.

Também já perguntei à Sr.<sup>a</sup> Capitão que me disse que não se lembra.

A minha secretária também diz que não pode precisar isso, mas que é provável, porque isso acontecia algumas vezes.

É esta a indicação que tenho e faz parte de algumas indicações que foram dadas aqui à Comissão. De seguida, fizemos a reunião nos moldes em que referi e cujo objetivo foi exatamente falar sobre a questão da crispação que existia, dando uma ideia de que efetivamente o fizeram por uma questão mais operacional.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Vou então colocar as três questões, respondendo o Sr. Tenente-General no fim, se fizer favor.

Em alguma circunstância, o Sr. General ou o Sr. Ministro deram orientações ao Sr. General Rovisco Duarte para exonerar os comandantes de Unidade?

O Sr. General ou o Sr. Ministro, em alguma circunstância, intervieram na relação hierárquica do CEME com os generais comandantes das Forças Terrestres e do Pessoal?

Em algum momento, houve interferência política nas decisões do CEME (Chefe do Estado-Maior do Exército) sobre o caso dos Comandos e do assalto a Tancos?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Que me tenha sido comunicado para eu dar alguma indicação sobre o assunto, pelo Sr. Ministro, não. Isto em termos de circunstâncias sobre a questão da exoneração dos comandantes.

Tive conhecimento disso não pela televisão, nessa altura não tive oportunidade de ver em direto. Soube mais tarde. Falei nesse dia, por acaso, pessoalmente, com o General Rovisco Duarte porque sabia que tinha sido um dia difícil para ele.

Não me deu explicações, especificamente, nem falámos propriamente disso. Sabia que ele tinha ido duas vezes à televisão e sei o que é isso. E numa situação dessas, falei com ele numa perspetiva nem de apoiar, nem de

deixar de apoiar, mas de dizer: «Como está? Há alguma questão? Estamos a desenvolver trabalho...» Estávamos a preparar despachos.

Efetivamente tinha estado a falar com o Sr. Ministro sobre isso, mas não falámos especificamente disso. Portanto, não me foi comunicado nada para dar qualquer indicação.

Relativamente ao Sr. Ministro ter dado alguma indicação sobre o assunto, sinceramente, parece-me pouco lógico. Que há e que houve uma interação constante, a política do Sr. Ministro era essa. Falava muitas vezes com os Chefes e os Chefes tinham o seu contacto e falavam quando era necessário.

Normalmente quando eram situações mais de audiências, algumas vezes eram os Chefes, outras vezes os Chefes de Gabinete que comunicavam comigo no sentido de ser agendada uma audiência.

Neste caso, não me parece que tenha havido uma interferência. Não consigo precisar se houve alguma conversa entre eles, se houve algum telefonema. Não me parece lógico que assim fosse.

Se em algum momento houve ingerência política sobre as decisões tomadas em Tancos? Nós pedíamos sistematicamente alguma informação ao Exército no sentido de dar uma resposta, o mais cabal possível, nomeadamente à Assembleia da República que nos fez várias perguntas, quer pela Comissão de Defesa Nacional, quer por Deputados individualmente... e por grupos de Deputados, um ou dois grupos parlamentares.

Procurámos naturalmente ter conhecimento. Sabíamos que houve uma série de medidas que foram tomadas e íamos pedindo essa informação. Portanto, não houve propriamente uma participação, vou-lhe chamar assim, na decisão ou uma indicação para tomar esta ou aquela decisão.

Não vejo que assim seja. Que nestas situações em que há incidentes, como digo, e lembro-me... Há uma ata de uma reunião ordinária do

Conselho Superior Militar, após os incidentes da Força Aérea, com o C-130 e com os Comandos. Houve uma reunião em que havia lições aprendidas, digamos assim, da gestão desses momentos, vamos chamar, de crise.

Foi comunicado aos Chefes a ideia de como deveríamos gerir essas situações no sentido de haver informação atempada, sobretudo isso, não é? Mas também de haver uma comunicação entre... Dissemos como é que se organizava o Gabinete. Normalmente identificávamos o chefe de gabinete, a adjunta política e um adjunto que tratava do tema, digamos assim. Normalmente, quando eram situações nos ramos, era o adjunto responsável pelo ramo que fazia parte deste núcleo e também o assessor de imprensa. Eram eles que tratavam mais diretamente do assunto e pretendíamos que do lado dos ramos, quando acontecesse um incidente, houvesse uma indicação de quem eram as pessoas mais certas.

Também havia uma prática, mais uma prática, de o chefe do ramo comunicar com o Ministro ou o Ministro comunicar com o chefe do ramo e o chefe do gabinete comunicava com o chefe do gabinete. Eu, por exemplo, soube do incidente de Tancos, algum tempo após, minutos, horas, não posso precisar — não sei quando é que o Sr. Ministro teve, hoje sei, mais ou menos a hora, quando estava em Bruxelas...

Algum tempo mais tarde, o chefe de gabinete falou comigo a dar-me essa informação. O Sr. Ministro já sabe, foi falado pelo Chefe. Isto acontecia quando havia estas situações. Era, digamos assim, uma ação de interação, mais controlada e foi uma lição aprendida, efetivamente.

No caso da Força Aérea, o primeiro caso, do C-130, a situação foi mais crítica, houve algumas discrepâncias, houve dificuldades, por exemplo, em identificar... Houve mortos e houve dificuldades em identificar os familiares, por exemplo. Tivemos muitos casos de pessoas a telefonar e, portanto, era difícil, sem saber exatamente com quem deveríamos falar.

No caso dos Comandos, a situação foi completamente diferentes. Houve um trabalho já mais feito entre os gabinetes e houve esta linha de interação e, portanto, funcionou melhor.

Se chamamos a isto ingerência, se houve uma indicação de «faça assim ou faça assado», que eu conhecesse, não. Não era prática. Que havia discussão de assuntos, até da parte deles, que diziam: «Vamos fazer isto...» O chefe de gabinete dizia: «Olhe, há uma intenção do Chefe de fazer isto...». Às vezes havia esses contactos. Poderia dar a minha opinião, mas mais nada.

Se o Sr. Ministro o fazia, não sei. Se o fazia, era com o Chefe. Falávamos disso muitas vezes? Falávamos. Obviamente avaliávamos ou ele avaliava e falava desse assunto, mas era a atividade normal de como um Chefe reagiu a isto ou àquilo.

Se isso é interferência, acho que não! A interferência é dizer: «Faça isto ou faça aquilo». Não me parece que alguma vez tenha havido isso. Eu, pelo menos, nunca identifiquei essa situação.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Voltando ainda à questão da tensão que ontem transpareceu de uma forma muito clara na audição ao Sr. coronel Luís Vieira. Teve conhecimento de um parecer emitido pelo Dr. Rui Pereira sobre as competências, face a este processo, da Polícia Judiciária Militar, numa tentativa de rebater o que tinha sido a decisão da Sr.<sup>a</sup> Procuradora?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Tive conhecimento no dia em que ouvi as declarações do Major Vasco Brazão.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Não lhe parece pouco normal que se possa pedir pareceres de uma forma particular em casos tão substantivos?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não sei se foi efetivamente pedido um parecer, daquilo que já ouvi.

Já houve indicações de que não terá sido um parecer, até do próprio, uma vez que disse que apenas considerou uma conversa e que fez uma análise. Não é normal que isso aconteça. Não é normal e no gabinete do Ministro isso não acontecia.

Que eu falava com juristas, às vezes, sobre determinado assunto para me darem a indicação disto ou daquilo, que um jurista do gabinete trocasse impressões, eu, ainda hoje, no serviço, falo com juristas de outro serviço. Mas que vá fora a um jurista considerado especialista, não é normal, a não ser que se conheça e fale em casa.

Pedir um parecer oficial, aliás, no âmbito da lei orçamental, há um conjunto de procedimentos que são obrigatórios, portanto, não me parece que seja normal. Mas parece que não corresponder exatamente àquilo que aconteceu, segundo o que ouvi. Mas cada um é responsável por aquilo que profere.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Sr. General, podemos, então, considerar que, quer o Sr. General nas suas funções de Chefe de Gabinete, quer o Sr. Ministro da Defesa estavam à margem de qualquer operação de encenação ou encobrimento que, eventualmente, possa ter sido desencadeada por elementos da Polícia Judiciária Militar e da GNR e que levou ao achamento do material na Chamusca?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Nunca tive conhecimento disso e creio que o Sr. Ministro também não. Pelo menos nunca falámos os dois desse aspeto, portanto, é provável que tenha conhecimento. Não posso... Eu não tive conhecimento.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Para terminar esta volta, gostaria de perguntar: o Gabinete do Sr. Ministro recebeu algumas queixas sobre a atuação da Polícia Judiciária Militar e da falta de colaboração com a Polícia Judiciária civil?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Quando se refere a isso, refere-se especificamente a este processo?

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Especificamente a este processo.

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Portanto, se recebemos indicações da Polícia Judiciária...

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Se receberam queixas quanto à falta de colaboração da Polícia Judiciária Militar em relação à Polícia Judiciária civil, uma vez que o processo tinha transitado para a Polícia Judiciária civil.

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Já percebi. Sim, já referi que, em determinada altura, o Sr. Diretor da Polícia Judiciária Militar falou com o Sr. Ministro e comigo numa perspetiva de que estava a haver uma grande autonomia por parte da Polícia Judiciária no desenvolvimento do processo e que não havia informação como ele entendia que devia existir.

Mas, como imagina, não competiria ao Ministro intervir numa situação dessas, obviamente. E aquilo que lhe dissemos, mais uma vez, foi: «Vocês têm um elemento, quase diariamente, com a Polícia Judiciária, se for

necessário, façam reuniões.» Se as coisas viessem por cima, se calhar, poder-se-ia falar do assunto no sentido de melhorar essa coordenação.

É aquilo que digo: fazem-se imensas reuniões para aperfeiçoar procedimentos de coordenação, portanto, se isso viesse dessa forma, tudo bem.

Uma mera comunicação opinativa de que, de facto, não estava a chegar informação... Não sei se tem de chegar ou não tem, em termos de investigação. Não faço ideia se quem está a desenvolver uma investigação operacional, para quem tem colaboração institucional, faz apenas pedidos, após os quais entram.

Se quisermos dizer: para que haja uma coordenação, tem de haver confiança; para se criar confiança, deveria ser o que podia ser feito... Que não possa ser feito, por exemplo, por uma questão de segredo de justiça, não sei, sinceramente.

Se acho que é provável que isso possa acontecer? É provável que sim. Se isso aconteceu por uma questão de competição, não sei. Não houve propriamente uma indicação de quem nos disse.

A ideia foi a de que havia uma grande autonomia deles, que não contavam muito com a Polícia Judiciária Militar, mas que estavam a ser desenvolvidas tarefas na perspetiva do que era o normal, de eles irem fazer arguições ou inquirições, serem pedidos documentos. Isso era normal que acontecesse.

Se era o *modus faciendi* correto, não competia nem a mim, nem ao Sr. Ministro dizer, penso eu, algo sobre o que era uma investigação a decorrer. Aliás, como eu disse, não era normal falarmos sobre esses assuntos. Portanto, quando digo que o Sr. Diretor da Polícia Judiciária era discreto, mesmo quando vinha tratar de assuntos que não tinham nada a ver com isso, era. Não sei se era por uma... Era uma forma de ser e de estar! Foi sempre um indivíduo muito discreto...

SUSANA

É uma forma de ser e de estar, mas foi sempre um indivíduo muito discreto na maneira como atuou. E posso dizer-lhe que, efetivamente, a única altura poderá ter sido por aí, em agosto — lembro-me que era um período estival e, portanto, deve ter sido por aí, se bem que o nosso período estival é comprido agora, e foi comprido nesse ano.

O Sr. **Presidente**: — Agradeço à Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria da Luz Rosinha e ao Sr. Tenente-General, pelos esclarecimentos prestados.

Segue-se, nos mesmos termos, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Dou, assim, a palavra ao Sr. Deputado João Vasconcelos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumprimento o Sr. General António Martins Pereira e agradeço as respostas que já deu a esta Comissão.

De qualquer modo, relativamente a algumas destas questões não fiquei devidamente esclarecido e irei, naturalmente, focar-me mais nelas.

Ultimamente esta Comissão de Inquérito, pelo menos da minha parte, tem tido alguma dificuldade em perceber as várias audições, porque, tem havido versões contraditórias das pessoas que têm sido aqui ouvidas. Cada qual tem apresentado a sua versão diferente, tem havido muitos lapsos de memória — não estou a dizer que é o caso do Sr. General, mas tem sido um facto —, o que, do meu ponto de vista, potencia algumas dificuldades, por exemplo no apuramento das responsabilidades e sobre o que aconteceu no furto de Tancos, que é o objeto desta Comissão.

Sr. General, primeira questão: quando é que deixou de ser chefe de gabinete do anterior Ministro da Defesa?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Creio que o dia 11 de janeiro de 2018 foi o meu último dia.

Fui promovido a Tenente-General no dia 6 de dezembro, creio eu. E o Sr. Ministro deu-me indicações para ter ali um período, enquanto nomeava. Eu já sabia, quando fui promovido, passado pouco tempo, quem seria a futura chefe de gabinete e que eu disporia de cerca de 15 dias a 3 semanas para fazermos a sobreposição necessária. Estive, até, para ficar mais tempo, porque, efetivamente, se trata de um gabinete com muitas ramificações e muitas especificações e, portanto, a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria João Mendes, que era adjunta no gabinete e foi quem me sucedeu, estava bem dentro da área económica, sobretudo na perspetiva financeira, mas em todo um conjunto de outras áreas não estava.

Portanto, impunha-se um período de sobreposição e de passagem de serviço. E sendo também o período de Natal e havendo ali uma semana ou outra que não seria uma semana inteira de trabalho, digamos assim, embora sem especificar uma data, acordei, entretanto, com o Sr. General Pina Monteiro que a minha data de apresentação no Estado-Maior General das Forças Armadas seria o dia 15 de janeiro. E, portanto, foi isso que aconteceu.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. General, já respondeu à segunda questão que tinha, sobre quais os motivos da sua saída de chefe de gabinete.

Passaria, então, à terceira questão. Como sabe, Sr. General, no dia 28 de junho de 2017, aconteceu o furto de Tancos, como todo o País ficou a conhecer.

Inicialmente a Polícia Judiciária Militar passou a liderar as investigações, mas, passados poucos dias, creio que a 3 de julho, foi a Polícia Judiciária que passou a liderar as investigações, embora coadjuvada pela

Polícia Judiciária Militar. Sabe-se que isso terá gerado descontentamento no seio da Polícia Judiciária Militar e, em particular, no seu diretor.

Depois temos o achamento das armas na Chamusca, no dia 18 de outubro de 2017, tendo, aparentemente, essas armas sido recuperadas pela PJM em colaboração com o núcleo de investigação criminal da GNR (Guarda Nacional Republicana) de Loulé.

Também se sabe que o material foi transportado da Chamusca para Santa Margarida, pela PJM, sem ter sido chamada a Polícia Judiciária. Depois houve aquele episódio em que os agentes da Polícia Judiciária foram barrados à porta do quartel de Santa Margarida.

Como é que Sr. General teve conhecimento de todos estes factos?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Normalmente pela comunicação social.

A questão de Santa Margarida deu algum brado, passado algum tempo, e procurei saber mais, junto do chefe de gabinete. Mas mesmo dali também não consegui perceber muito bem o que é que tinha acontecido, efetivamente.

Houve uma questão de um mandato, que não tinham um mandato. Depois, houve o que falou sobre isso o Sr. Major Vasco Brazão, e é de onde tive maior conhecimento do que se tinha, efetivamente, passado.

Nunca me comunicaram exatamente o que é que aconteceu sobre esse ponto. É evidente que se falou disso, que se pediu informação, em determinada fase, ao Exército, para explicar isso. As explicações que vieram foram de que não houve propriamente um barrar, houve um pedido de um documento, para que entrassem de acordo com os procedimentos normais. Foi a indicação que recebemos na altura.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — E sobre esses factos específicos, de a PJ não ter sido chamada imediatamente, chegou a falar com o Sr. Ministro e não achou estranho, tendo conhecimento, à partida, de que era a PJ que estava a liderar as investigações, que a mesma não tivesse sido logo chamada ao local do achamento das armas?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Sr. Deputado, o achar estranho... Este digladiar, que era um pouco o que se passava, obviamente que o lógico seria... Eu, sinceramente, quando as armas foram recuperadas, vejo que há muitos termos à volta disso: há desde «achamento», desde «recuperação», há vários. Eu chamo-lhe a recuperação, entendo que foi isso que terá acontecido. Como foi feito não está em causa.

Efetivamente, as armas foram recuperadas e ficámos com indicação, segundo o que nos disseram na altura, que eram as armas que tinham sido furtadas.

Relativamente ao facto de a PJ não ter sido, efetivamente, de imediato avisada, tomei conhecimento, no dia 20, de que era uma das razões para que se recuperasse o material, porque a indicação do informador era de que a PJ não deveria ser avisada. Portanto terá sido essa a intenção, de não o fazer. Numa perspetiva, deram preponderância a um requisito operacional, pondo-se, obviamente, em condições de sofrer os reveses e as consequências disciplinares ou criminais disso, e tivemos disso a noção.

Também tive a noção, no dia 18, quando o Sr. Ministro me disse que tinha havido a indicação da Procuradora-Geral da República de que isso não tinha acontecido e que deveria ter acontecido. Portanto, soubemos disso, nessa data, obviamente.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto o Sr. Ministro falou consigo. Sentiu que o Sr. Ministro estava preocupado com esse facto?

O Sr. Ten. Gen. **Antônio Martins Pereira**: — A noção com que ficámos foi de que se a Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República — de quem depende, funcionalmente, para a investigação criminal, a Polícia Judiciária Militar, que era, perdoem-me o termo, «dona» dos processos que estavam a ser desenvolvidos —, sobre isso, era quem estava numa das melhores posições para dizer quais eram as irregularidades, até desenvolver alguma investigação sobre isso, e comunicar ao Ministro da Defesa que, efetivamente, houve uma prevaricação. Se é crime, é conduzido por eles. Se o é.

É que é preciso entender o seguinte: estamos perante um órgão de polícia criminal. O Sr. Diretor da Polícia Judiciária Militar é uma autoridade de polícia criminal, e os investigadores também. Portanto, competiria, certamente... Não seria um... Se fosse o gabinete ou algum órgão do Ministério da Defesa, a conduzir por exemplo, um processo disciplinar, seria complicado explicar o porquê — por que é que, efetivamente, houve esta prevaricação.

Estaria em melhores condições a Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República e os seus serviços. E foi a noção com que ficámos, de que, efetivamente, haveria de vir qualquer coisa, proveniente da Procuradoria-Geral da República, que fosse clara quanto a isto, e que mandasse proceder. Ou que eles procedessem e nos comunicassem, de forma a que, se fosse disciplinar, fosse para quem tinha a sua competência — portanto, a competência do Chefe de Estado-Maior do Exército, neste caso —; e, se fosse criminal, fosse desenvolvido pela Procuradoria-Geral da República, pelo Ministério Público, obviamente.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Voltando ao tal episódio da ida ao seu gabinete do Sr. Major Vasco Brazão, do Sr. Coronel Luís Vieira: o Sr.

Major Vasco Brazão disse aqui que foi entregue ao Sr. General um documento não timbrado — o tal memorando, sem data e sem assinatura —, e até confirmou, aqui, e já o tinha dito, que era uma encenação. Já o Sr. Coronel Luís Vieira diz que nada disso, que não foi encenação e que o documento entregue era em papel timbrado, com epígrafe, assinatura e data, e que o designou por «informação de piquete».

Afinal, houve um documento ou houve dois? Não fiquei a perceber.

E quem é que está aqui a faltar à verdade, no entendimento do Sr. General?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Sr. Deputado, recebi dois documentos: uma chamada «fita do tempo» e um documento que não está nomeado, não tem indicação nenhuma. Portanto, são duas peças. Quando digo que recebi, significa que fiquei com esses documentos porque mos colocaram em cima da mesa, voltados para eles, inicialmente, e depois voltaram-nos para mim, no sentido de eu os ler. Até devo ter sido eu que pedi para os ler, porque aquilo era uma espécie de auxiliar de memória deles, nomeadamente o segundo, o tal que não era a fita do tempo.

Entregaram-me esses dois. Não são timbrados, não sei se o relatório do piquete tem aquele formato — não me parece, obviamente. Um papel branco, escrito, como digo, sem uma lógica, sem cronologia, propriamente dita, que é um conjunto de parágrafos sem uma ligação muito específica e sem indicação daquilo a que se refere, parece ter sido escrito com uma intenção de deixar alguém para vir a ser pontuado ou apontado mais tarde. É a noção com que fico, agora.

Obviamente, na altura, entendi que foi numa perspetiva de explicar o porquê de não terem dado informação à Polícia Judiciária, no tempo oportuno, no sentido de garantir, com sentido de oportunidade, a recuperação das armas.

Foi isso que entendi, efetivamente. E a intenção dessa reunião, para mim — e é aquilo que tenho na minha ideia —, foi, exatamente, a de dar essa indicação. E foi isso que escrevi, num caderno que utilizava e que aqui tenho.

*Neste momento, o orador exibiu um caderno.*

Tinha este caderno e estava comigo. E aquilo que escrevi foi algo como isto, com poucas palavras. Portanto, foi uma reunião curta, obviamente, e o tema foi exatamente este, disso não tenho dúvidas, porque não inventaria isto da minha cabeça.

Portanto, a ideia foi exatamente esta: que, efetivamente, o que estava na fita do tempo — que não conhecia também, mas que terá sido a fita do tempo que terão enviado para o Ministério Público —, não correspondia, exatamente. Havia coisas parecidas, mas, de facto, havia ali coisas diferentes. As razões dadas foram o facto de trabalharem com um informador, no sentido de que lhes fosse, em determinada altura, dada uma informação para irem a determinado local buscar as armas. É verdade.

Isso está ali. Se isso é uma encenação? Entendo que não. Se, nesse documento, está algo sobre encobrimento, ou de que isto que foi feito é uma encenação? Não.

Pode ser entendido como tal? Tanto pode que foram escritas centenas de páginas sobre isso, verdadeiros trabalhos de criação, e com imaginação. Mas não é exatamente o que está escrito, na minha opinião. A intenção, para mim, foi essa.

Se a intenção era de... Quem trouxe esses documentos disse-me que era para serem destruídos e deixou-mos ali: «Pode destruí-los a seguir.» Aliás, entreguei-os e disse: «Podem levar os documentos, que não preciso disso. Se a intenção é esta, comunicarei ao Sr. Ministro a nossa conversa.» «Não, mas pode ficar com eles, para elucidar melhor o Sr. Ministro» — foi

esta a indicação com que fiquei. Por causa disso, quando me disseram para os destruir, tirei uma cópia, efetivamente. A minha intenção era destruí-los, mas não os destruí.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Isso já se percebeu.

Refiro-me, novamente, àquele tal documento que corresponde a uma informação de piquete. Nunca existiu, esse documento?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Eu não o recebi. Nessa reunião, não o recebi.

Tenho aqui os documentos que recebi na altura. Enfim, não os posso entregar, pelas razões que já referi, mas eles não correspondem, minimamente, a um relatório de piquete. A não ser que...

Que está mal escrito, está; que alguns relatórios de piquete são mal escritos, também são; mas há relatórios bem escritos e há um formulário próprio. Portanto, não corresponde, certamente, a um relatório de piquete, porque não é timbrado, não está assinado. Não corresponde a um relatório de piquete.

Não sei se foi essa a indicação que alguém deu a alguém e se foi essa a perceção, mas creio que o Sr. Diretor ou estava muito distraído... Não sei. Não consigo agora... Não quero acusar ninguém, não é isso que está em causa. Agora, aquilo que recebi não foi um relatório de piquete.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Conclui-se que a informação que o Sr. ex-Diretor, Sr. Cor. Luís Vieira, aqui prestou ontem não corresponderá à verdade, porque ele tinha dito que era um documento devidamente timbrado, assinado e datado, com a tal informação de piquete.

Sr. General, indo um pouco mais à frente, relativamente à informação que também nos foi transmitida pelo Sr. Maj. Vasco Brazão, confirma que

não enviou nenhum documento via *WhatsApp* para o Sr. Ministro? Não houve nada disso, não é?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Sr. Deputado, como disse, tirei uma cópia. Não me lembro de ter enviado documento nenhum.

O Sr. Ministro diz que nunca tomou conhecimento, nunca viu esse documento. Acredito que ele não o tivesse visto, portanto... É a única coisa que lhe posso responder.

Efetivamente, não me lembro de ter enviado o documento. Tirei uma cópia, é um facto, mas, pela ideia que tenho, era para memória futura, porque ia proceder à destruição do documento.

Falámos desse documento. Se me perguntar: «Mas a sua intenção era mostrar o documento e falar com o Sr. Ministro sobre ele?» Obviamente! Isso deveria ter acontecido. Não sei se aconteceu, não sei se o levei, alguma vez, numa conversa muito rápida, quando fui a despacho. Não me lembro!

Agora, se o Sr. Ministro diz que nunca viu o documento, é porque não viu o documento — isto, com base na confiança que tenho nele e que ele tem em mim. De facto, também não posso dizer se enviei ou não enviei o documento. Não me lembro. Na minha opinião, não enviei o documento. Não me lembro, sinceramente...

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — E qual foi o documento verdadeiro que, segundo referiu, entregou no DCIAP no dia 10 de outubro do ano passado, 2018?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Foi exatamente uma cópia das fotografias que tirei ao documento, na altura, porque eram as únicas que tinha. Como disse ainda há pouco, já nesta audição, descobri esses documentos bastante mais tarde.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, foi aquele documento que não tinha data nem assinatura nem timbre. Confirma?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Confirmo exatamente isso, Sr. Deputado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — O Sr. Coronel Luís Vieira também referiu que, em 4 de agosto de 2017, entregou ao Sr. Ministro da Defesa um memorando para memória futura.

Teve conhecimento desse encontro com o Sr. Ministro? Teve conhecimento também do conteúdo desse tal memorando?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Como também lhe disse, não me lembrava que o memorando tinha sido entregue, mas procurei reconstituir e, de facto, tive acesso a ele. É um memorando que não está numerado, é um documento timbrado, efetivamente, mas não está dirigido ao Sr. Ministro da Defesa, como é normal, não faz qualquer proposta e é apenas uma análise fria dos assuntos.

Se era para memória futura, poderia ter sido enviado pelas formas normais, para que ficasse devidamente registado, ou, então, poderia ter sido entregue com registo. Não foi o caso, foi apenas... Se ele diz que foi entregue...! Não me lembro, sinceramente. Pela indicação e pela ideia que tenho, poderá ter sido nessa tal reunião em que se discutiu e falou da grande autonomia da Polícia Judiciária, no âmbito do processo. Poderá ter sido nessa altura.

Que esse documento existe, existe; que eu já tomei contacto com ele, tomei; que me lembro... Não consigo precisar exatamente quando é que ele foi entregue. Se tomámos qualquer atitude em relação a esse documento?

Não, não houve propriamente uma atitude a tomar, porque se entendeu que aquilo que ali estava era uma mera opinião. Portanto, quem tinha competências para o efeito era a Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República, que as exerceu no seu direito, e não se levantou mais questão sobre isso.

No entanto, no âmbito da sua dependência funcional, creio que o Sr. Diretor poderia ter colocado o assunto e até ter recorrido do despacho que foi feito, na minha opinião. Mas não nos foi comunicado isso, em nenhum momento. Portanto, foi uma mera opinião, entendemos aquilo como uma mera opinião, e não foi uma proposta.

Ontem, ouvi o Sr. Diretor dizer que o Sr. Ministro me terá dado uma ordem para eu enviar o documento ao Sr. Primeiro-Ministro. Não confirmo nem desminto, como diz o outro. Não me lembro absolutamente nada disso. E, se isso tivesse acontecido, obviamente, teria sido enviado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Voltando ainda ao documento anterior, que o Sr. General enviou para o DCIAP, pergunto-lhe: quais os motivos, quais as razões para o ter mantido no seu gabinete, na gaveta, praticamente durante um ano, e só o ter entregado quando surgiu a notícia da encenação da recuperação das armas?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Sr. Deputado, foi o Sr. Ministro que me telefonou a dizer que havia esta situação e a perguntar se eu me lembrava. Eu disse que me lembrava da reunião, que me lembrava que me tinham entregado uns documentos, que me tinham dito para os destruir e que, provavelmente, os tinha destruído.

Encontrei esses documentos no telemóvel. Disse-lhe: «Lembro-me de ter tirado uma fotografia, mas, quando saí do gabinete, destruí praticamente todo um conjunto de informação que estava no telemóvel.» Portanto, pensei

que tinha... Não os encontrei de imediato, mas, depois, ao ver calmamente, acabei por encontrar essa fotografia.

Isto aconteceu durante... Portanto, o Sr. Ministro ter-me-á ligado, creio eu, numa quinta-feira à noite ou numa sexta... Foi numa quinta-feira, quando estava em Bruxelas, e eu descobri isto, talvez, no domingo, depois de ter andado, durante o fim de semana, a mastigar todo um conjunto de áreas, a ver se encontrava alguma coisa que me pudesse trazer à memória o que tinha acontecido e o que eu tinha, efetivamente. Mas a ideia era que tinha destruído isso.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, nunca deu a conhecer ao Sr. Ministro, anteriormente, esse documento? Por outro lado, o Sr. General considera que não houve, de facto, uma encenação e o ex-Ministro da Defesa também disse que não tinha conhecimento de nenhum desses factos.

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Já disse que falei ao Sr. Ministro dessa reunião e desse documento, de algo que estava nesse documento, no dia 20, creio eu. Deve ter sido durante a tarde. Falámos várias vezes sobre isso e, provavelmente, até terá sido o Sr. Ministro a perguntar-me, de novo, sobre a situação, eventualmente. Não sei, não consigo precisar exatamente.

Sei que falámos disso e, quando trocámos opiniões sobre isso, disse-lhe: «Olhe, passou-se isto, houve esta reunião, eles deixaram-me, efetivamente, uns documentos que trouxeram como auxiliares de memória, disseram-me para os destruir e eu, na altura, não quis ficar com esses documentos.»

Na altura, falámos sobre isso e, depois de trocarmos umas impressões sobre o assunto, veio à baila a questão do *Fechaduras*, do informador, de coisas de que nos lembrávamos, efetivamente. Se alguma vez mostrei esse

documento ao Sr. Ministro? Que me lembre, não. Se o fiz? É provável que o tenha feito? Não sei, não consigo precisar.

São muitos os documentos que chegam ali e são muitos os assuntos. É evidente que podem dizer: «Este assunto é muito importante.» Na altura, como disse, tendo em conta o que tínhamos conhecido da Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República, aquilo que entendi foi que o assunto que estava em causa era a tensão entre polícias, a crispação entre polícias. O assunto estava identificado, deveria ser comunicado ou não — acabou por não ser —, mas, eventualmente, deveríamos vir a receber qualquer coisa sobre esse assunto.

Portanto, a indicação que dei, nessa altura, foi no sentido de tentar diminuir essa crispação, utilizando o elemento de ligação que eles tinham: o Sr. Cor. Estalagem, que estava na Polícia Judiciária. Não houve mais desenvolvimentos, digamos assim, nesse aspeto. Foi ultrapassado por outras situações, digamos assim.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, não tenho mais questões a colocar.

O Sr. **Presidente**: — Agradeço ao Sr. Ten. Gen. Martins Pereira os esclarecimentos prestados.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro, a quem incumbirá encerrar esta ronda.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, tenho um ponto prévio a fazer relativamente à inquirição.

O Sr. **Presidente**: — Tenho dificuldade em enquadrar a figura do ponto prévio. Será uma interpelação à Mesa, provavelmente.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — É um requerimento dirigido ao Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, como já foi por si sublinhado nesta reunião, o segredo de justiça não é oponível a esta Comissão. O Sr. Tenente-General tem-nos dito várias vezes, ao longo desta inquirição, que tem consigo os documentos.

Como o Sr. Presidente sabe, esses mesmos documentos foram requeridos, por deliberação da Comissão, quer ao Ministério da Defesa quer à Polícia Judiciária Militar, que nos disseram que eles não se encontravam lá arquivados.

Uma vez que o Sr. Tenente-General tem aí os documentos, pedia ao Sr. Presidente, salvaguardando, evidentemente, o segredo que, em termos documentais, temos de deliberar no âmbito da Comissão, que instasse o Sr. Tenente-General a fornecer os documentos e que fosse feita a sua distribuição à Comissão.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Ascenso Simões pediu a palavra. Faça favor.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, temos de seguir o Regulamento.

O Sr. Presidente é muito cioso do Regulamento e, portanto, o Sr. Deputado António Carlos Monteiro faz o requerimento e nós decidiremos posteriormente.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — *Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do Orador.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado António Carlos Monteiro, não tendo citado expressamente, acaba de fazer a remissão para o artigo 13.º, n.º 7, do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, que refere que a recusa de apresentação de documentos ou de prestação de depoimento só se terá por justificada nos termos da lei processual penal.

Não vislumbrando, de facto, qual o fundamento do Sr. Tenente-General para não apresentar os documentos — obviamente, ser-lhe-iam devolvidos os originais, após ser registada uma cópia para esta Comissão de Inquérito —, solicitar-lhe-ia, a instâncias do Sr. Deputado António Carlos Monteiro, que cedesse uma cópia à Comissão de Inquérito, a menos que invoque um argumento atendível nos termos da lei processual penal, o que, confesso, não consigo antecipar.

Portanto, Sr. Tenente-General, tendo já manifestado que possui os documentos, solicitava-lhe que os facultasse a esta Comissão.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, não questionando o conhecimento que tem do Regulamento, gostaria de remeter para a intervenção inicial do Sr. General, que terminou dizendo que está impedido pela Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República e pelo processo de fazer essa mesma entrega.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, uma vez que o Sr. Deputado Ascenso Simões parece não se recordar, queria apenas relembrá-lo de que foi deliberado por esta Comissão requerer exatamente este documento. Portanto, com toda a franqueza, não me parece ser necessário segundo requerimento.

Em segundo lugar, sublinho também que o segredo de justiça não é oponível à Comissão. Admito que, provavelmente, quando disse o que disse no início, o Sr. Tenente-General não tivesse a noção de que essa instrução que teria recebido não era em relação ao âmbito da Comissão de Inquérito, mas sim em relação a terceiros.

Portanto, estando aqui o Sr. Tenente-General, parece-me até, de algum modo, detetar uma vontade de fazer a distribuição do documento e que só não o pode fazer, porque, efetivamente, terá recebido instruções, face à interpretação, justíssima, aliás, do Sr. Presidente da comissão, sobre qual será a altura de proceder à distribuição do documento.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Ascenso Simões, faça favor.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado António Carlos Monteiro está em condições de solicitar à Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República — como já fez relativamente a um conjunto de outros documentos — os documentos do processo.

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Sr. Deputado, vou fazer uma pergunta ao Sr. Presidente, porque ouvi todas as audições, ou praticamente todas, pelo menos as últimas, que foram efetuadas aqui,

nomeadamente a do Sr. Major Vasco Brazão, que disse exatamente o mesmo. Eu pretendo que me seja aplicado o mesmo procedimento aplicado ao Sr. Vasco Brazão, embora ele tenha o segredo de justiça porque é arguido, eu tenho o segredo de justiça porque sou testemunha e tenho um despacho da Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República.

Entendo que se me disserem que os limites inerentes à tramitação de um processo em que prestei declarações a meu pedido, na qualidade de testemunha, não são ultrapassados, entregando o documento que está no processo e que me foi entregue nesse âmbito, não terei qualquer problema. Mas é o Sr. Deputado que me vai dizer isso?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado António Carlos Monteiro, entretanto o ilustre mandatário fez-me chegar uma cópia de um requerimento dirigido ao Ex.<sup>mo</sup> Procurador da República da Comarca de Lisboa, solicitando informação relativamente aos documentos que se encontram junto aos autos. Foi respondido que se informa os requerentes, ou seja, o próprio Sr. Tenente-General, que os autos se encontram em tramitação em segredo de justiça e que poderá prestar declarações com a salvaguarda dos limites inerentes a essa precisa tramitação processual.

Assim sendo, atendendo à notificação, e sendo manifesto que os documentos se encontram junto ao processo, que está requerida a apresentação junto do tribunal e, obviamente, nesses termos, nós insistiremos na apresentação ou na facultação dessa informação através do tribunal, não sendo exigível nestes tempos, pelo menos a Mesa não o exigirá ao Sr. Tenente-General que, aqui, nos tempos em que entendo, lhe foi prestada esta informação e esclarecimento por parte do titular do inquérito.

Sr. Deputado António Carlos Monteiro, tem a palavra para iniciar a sua inquirição.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, não irei, neste momento, insistir mais nesta questão. Como sabe, há vários requerimentos que foram aprovados, no entanto, não deixo de notar o incómodo do Partido Socialista em relação a tudo o que diga respeito a estes mesmos documentos.

Sabendo nós que, mais tarde ou mais cedo, esses documentos acabam por ser entregues a esta comissão, como aliás aconteceu com os documentos que o Partido Socialista queria devolver à Procuradoria-Geral da República, como bem se lembra o Deputado Ascenso Simões, e que, aliás, foi motivo de um incidente bastante desagradável.

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar à palavra ao Sr. Deputado Ascenso Simões, presumo e quero acreditar que a observação é dirigida a uma bancada. Obviamente, por parte do Presidente, o que importa reiterar e deixar perfeitamente claro é o que decorre da lei, ou seja, que as comissões parlamentares de inquérito não têm poderes de conformação de direitos subjetivos.

Portanto, face às reticências suscitadas pelo Sr. Tenente-General Martins Pereira, alicerçadas, aliás, em despacho do ilustre Procurador titular do processo, a Mesa entende que, estando incluso no processo, se instará o titular a fornecer esse documento no âmbito da cooperação que, nos termos da lei, as comissões parlamentares de inquérito têm, no direito à coadjuvação das autoridades judiciárias nos exatos termos em que os tribunais têm.

Posta esta referência, o Sr. Deputado Ascenso Simões tinha pedido a palavra, por isso faça favor. No entanto, peço antecipadamente que não prolongassem esta questão, na medida em que está ultrapassada.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, esta será a minha última intervenção.

Gostaria de dizer apenas o seguinte: se esta esta Comissão já pediu à Procuradoria-Geral da República estes documentos, se foi ultrapassado o prazo para a sua remessa, se a Procuradoria entendeu que estes documentos não deveriam ser entregues a esta Comissão, não faz qualquer sentido que, através de uma manobra, numa reunião, se queira solicitar um documento a uma pessoa que é testemunha no processo e que, por essa via, está limitada na sua apresentação.

Portanto, Sr. Presidente, nós concordamos com a sua posição, que é a posição da razoabilidade, tendo em conta também o facto de já termos pedido esses documentos e de esses nunca terem sido enviados a esta comissão.

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado António Carlos Monteiro, a Mesa também adianta que não considerou a interpelação do Sr. Deputado António Carlos Monteiro uma manobra. Tratou-se do exercício de um direito que lhe assiste, nos mesmos termos em que o depoente manifestou resistências, fundamentando-as. Por isso, não se justifica essa qualificação para a interpelação do Sr. Deputado António Carlos Monteiro, na nossa perspetiva.

De qualquer maneira, Sr. Deputado António Carlos Monteiro, agora sim, também lhe dirijo o repto e agradeço que pudéssemos ultrapassar esta questão, de modo a prosseguir a diligência.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria apenas relembrar, em especial — estando o Sr. Presidente nas funções de Presidente da Comissão — que o Sr. Tenente-General Martins Pereira é testemunha. Como já várias vezes foi sublinhado a quem aqui vem prestar depoimento, o segredo de justiça não é oponível a esta Comissão.

Aliás, há uma diferença muito substancial entre a defesa do segredo de justiça, que poderá, à porta fechada, ser, por isso mesmo, salvaguardado, e um direito constitucional de quem foi constituído arguido e que, por essa mesma razão, não pode incriminar-se a si próprio.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui lavrada esta minha discordância quanto à argumentação aqui utilizada, porque o Sr. Tenente-General, se fosse arguido, poderia proteger-se, dizendo: «Eu não sou obrigado a prestar depoimento para não me incriminar». Em relação à documentação poderia até fazer o mesmo, mas invocar a qualidade de testemunha e o segredo de justiça para o fazer... Chamo a atenção, Sr. Presidente, e volto a registar o incómodo do Partido Socialista com o acesso desta comissão a este mesmo documento.

Fica dito.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Berta Cabral, faça favor. Tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Berta Cabral** (PSD): — Queria apenas dar nota de que se estão a fazer algumas afirmações que não estão corretas, não em relação à sua interpretação, que dou por «boa». Portanto, a interpretação do presidente é a minha interpretação.

No entanto, o que, de facto, quero aqui deixar expresso é que amanhã vamos ter uma reunião de Mesa e Coordenadores para decidir e apreciar os requerimentos. Os requerimentos ainda nem saíram da Assembleia da República! Quero dar nota disto: estamos a falar do memorando elaborado pelo Major Vasco Brazão e pelo Coronel Luís Vieira, junto dos autores e seus eventuais recetores, do documento-resumo temporal dos factos.

O pedido que será feito ao Ministério Público será através do requerimento que amanhã iremos apreciar. Portanto, o requerimento ainda

nem saiu da Assembleia, mas serve isto apenas para recolocar os factos no seu tempo.

Em relação à interpretação, não tenho nada a observar. O Sr. Presidente faz a interpretação que entende e nós consideramo-la adequada.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada Berta Cabral recordou, e bem, que haverá uma reunião de Mesa e Coordenadores, onde, aliás, se apreciará um despacho recebido por esta comissão por parte do ilustre Procurador da República encarregue do processo.

Dou a palavra, de novo, ao Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria apenas relembrar que este documento faz parte da listagem inicial dos documentos requeridos quer ao Ministério da Defesa, quer à polícia Judiciária Militar e que não consta dos arquivos de nenhuma destas duas entidades, conforme consta também na informação escrita fornecida a esta mesma Comissão.

O Sr. **Presidente**: — E consta do aludido despacho que, amanhã, será apreciado na reunião de Mesa e Coordenadores, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Carlos Monteiro, tem de novo a palavra, agora sim, para iniciar a sua inquirição.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Tenente-General, começo por cumprimentá-lo.

Vou colocar-lhe algumas perguntas, na sequência do já longo depoimento a que temos vindo a assistir. Disse-nos o Sr. Tenente-General que teve conhecimento da discordância da PJM relativamente ao facto de a

Procuradoria-Geral da República ter atribuído à PJ a investigação de Tancos. É assim, não é?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Portanto, da discordância relativamente à atribuição da...

Sr. Deputado, creio que todas as pessoas que estiveram em Tancos, no dia 4 de junho, ficaram com essa noção. Eu estava lá, portanto fiquei com a noção de que, de facto, havia uma, vamos chamar-lhe, discrepância de entendimento, ou discordância de entendimento. Obviamente, se não houvesse essa discordância de entendimento, tal não seria mencionado, isto é, o facto de a PJM entender que sendo um crime estritamente militar deveria ser atribuído à PJM e não à PJ.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Tenente-General, nessa altura, achou que a razão estava com quem?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Não sou um especialista em Direito, Sr. Deputado. O que posso dizer-lhe é em que medida é que a minha opinião é importante para avaliar as consequências e as responsabilidades políticas de Tancos. Sinceramente, não consigo dizer-lhe. A minha opinião será mais uma opinião, mas, se me elucidar, posso tentar dar uma resposta.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço que não conte o tempo e peço que dê instruções ao Sr. Tenente-General para responder a uma pergunta tão simples quanto a que há pouco fiz. Qual era a sua opinião sobre quem tinha a razão? Depois, caberá à comissão avaliar em termos de resposta o que estou a perguntar.

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Sr. Deputado, fui chefe de gabinete e sou, neste momento, responsável... Fui comandante e, quando tenho dúvidas e alguém me coloca dúvidas, peço a um jurista que me faça uma primeira avaliação. Se não fico contente com essa avaliação, peço a outro que avalie de novo e, se necessário, são pedidos pareceres de acordo com o que é efetuado.

Acerca da minha opinião sobre um facto, como é o caso, tão complexo, posso dizer-lhe o seguinte: tenho lido e li, ainda hoje e durante essas alturas, várias vezes... Até escrevi um artigo sobre a questão da investigação e o papel das Forças Armadas no âmbito da segurança interna, que passa por essa situação. Não posso dar-lhe uma opinião! A minha opinião vale o que vale, por isso não é importante para o facto.

Se a indicação que me der for sobre a quem deveria ter sido atribuída a questão do furto, então, se conseguir isolar o furto, é, de facto, um crime estritamente militar. Um furto de material de guerra numa instalação militar é um crime estritamente militar. Ora, não terá sido isso que esteve subjacente — como aparece no despacho — à decisão da Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República. Não tenho elementos para pôr em causa a decisão da Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República.

Li, também, e reli este documento, o memorando, do Sr. Diretor da Polícia Judiciária Militar, daí também não me ficou uma certeza de quem teria, efetivamente, razão. Portanto, acho que é um assunto para alguém que é especialista. Se tivesse de decidir, de um dia para o outro, o caso da morte de alguém, tinha de tomar uma decisão e teria sempre o ónus dessa decisão. Neste caso, não tenho de o fazer, a não ser que seja muito importante e o senhor me diga por que razão precisa de saber se me inclino mais para A ou mais para B, porque efetivamente tenho grandes dúvidas.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Tenente-General, o que é facto é que o Sr. Diretor da Polícia Judiciária Militar considerou uma desconsideração a decisão da Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República.

A minha pergunta é: o Sr. Tenente-General sentiu que a PJM tinha sido desconsiderada. Sim ou não?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — A situação é diferente. A sua pergunta é completamente diferente, Sr. Deputado, e eu responderei a todas as perguntas com a naturalidade e a verdade que sei; agora, seguir estratégias para chegar a determinadas conclusões, naturalmente, eu tenho de me precaver e tenho de perceber.

Eu não tenho uma opinião completamente formada exatamente por isso, porque, depois de ler várias situações, de facto, há questões que pesam para um lado e há questões que pesam para outro.

Eu entendo que dizer que a Polícia Judiciária Militar foi desconsiderada... A PJM iniciou um processo, um inquérito, é normal que, em situações em que isso aconteça, quem, depois – e vou utilizar o termo – é desviado do processo, tem de compreender as razões por que é que isso foi feito e, sobretudo – e isso está colocado, inclusive em alguns leis que garantem as competências da Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República –, todos os intervenientes no processo devem ser ouvidos.

Na minha opinião, a haver alguma desconsideração é essa... Não sei, efetivamente, se foram ouvidos ou não. A indicação que tenho ouvido, nomeadamente do Sr. Diretor, é que não foi ouvido. Portanto, se calhar, a desconsideração da PJM terá provindo daí e, assim, entendo essa desconsideração.

Se não foi ouvido, se não lhe disseram nada, se foi decidido nas suas costas, compreendo a desconsideração da PJM, mas também compreendo que a Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República, tendo em conta as suas

competências, tendo sido efetuada uma avaliação pelos procuradores que eram responsáveis pelo inquérito, tendo a indicação de que havia outros crimes que necessitavam de determinadas técnicas e de determinadas possibilidades em termos de capacidade de investigação, de contacto e de colocação, inclusive, em organismos internacionais de pedidos e de articulações que têm de ser feitas, também poderia ir para aquela linha.

Sobre se havia outras soluções, havia. Elas foram aqui aventadas, nomeadamente a solução de uma equipa mista, a solução de um processo por determinada situação e outro inquérito por outra.

Dizer qual a que está mais certa ou a que não está é muito difícil. Que a PJM se sentiu desconsiderada, o que eu entendo, é verdade.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Diga-me uma coisa, Sr. Tenente-General: considera que a reação que nós, neste momento, já percebemos que houve da parte da PJM foi a adequada e a correta?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — A reação da PJM, e o senhor integra nesta indicação de reação o facto, como, aqui, ouvi ontem, de proceder a uma investigação, que não tinha nada a ver com o que se estava a passar, de forma autónoma, por indicação, pelos vistos, do seu Diretor, não. Isso é um crime e eu não posso concordar com um crime.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — O senhor...

O Sr. Tenente-General **António Martins Pereira**: — É uma irregularidade do processo, digamos assim; se é um crime, ou não, alguém vai ter de verificar, como é lógico.

O que eu quero dizer, e utilizei um termo que não é o mais correto, é que, se é um crime, não sou eu que posso avaliar se é um crime ou não...

Houve uma irregularidade no processo, tanto mais que foi isso que nos chegou, ou seja, que houve irregularidades. Não nos chegou absolutamente mais nada. Se é um crime ou não alguém o vai dizer, porque, efetivamente, isso ainda não foi... Há arguidos, de facto, ou suspeitos. Mas se foi ou se não foi, não sei. São irregularidades e eu queria corrigir a minha palavra, se me permite.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Diga-me uma coisa, Sr. Tenente-General: disse que o Sr. Diretor da PJM lhe tinha pedido uma equipa EOD cerca de uma semana antes da recuperação que foi noticiada a dia 18.

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Sr. Deputado, eu não disse exatamente isso.

O que eu disse é que o Sr. Diretor da Polícia Judiciária Militar me solicitou que, junto do Exército, fizesse as diligências necessárias para relembrar que existia um protocolo e que poderia vir a ser necessário, de um momento para o outro, uma equipa EOD.

Portanto, pediu-me para eu relembrar esse protocolo.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Nessa altura o Sr. Diretor da Polícia Judiciária Militar disse-lhe que tinha a esperança de recuperar as armas de Tancos, o material de Tancos?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Não me lembro exatamente, mas se me disse a razão, se o entendimento dele era a necessidade de uma equipa EOD, era porque, potencialmente, isso poderia vir a ocorrer... Se era ele, se era a PJ, se era um pedido feito pela PJ, porque a PJM estava mais próxima das Forças Armadas... Isso não foi claro,

digamos assim, na solicitação que ele me fez, que foi no sentido de, eventualmente, se aparecerem, de um momento para o outro, ser necessário uma equipa EOD.

Portanto, foi isso que ele me solicitou, efetivamente.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas, nessa altura, ficou com esperança de que iria haver a recuperação do material?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Sr. Deputado, esperança todos nós tínhamos desde o dia em que desapareceram. Eu acho que todos os portugueses tinham essa esperança... E que aparecessem o mais rapidamente possível... Aliás, o primeiro a dizê-lo foi o cidadão n.º 1 deste País que disse que, rapidamente, era necessário esclarecer e tudo resolver.

Obviamente que todos nós – e creio que o Sr. Deputado também se incluirá nesse grupo – gostaríamos de ver os problemas que aconteceram resolvidos, obviamente!

Se eu fiquei com esperança de quem ia o fazer, ou de como é que isso ia ser feito, ou se rapidamente iam atingir esse objetivo, não. Muitas coisas me pediam... Aliás, como no caso da Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República quando nos telefonou e também ficámos à espera e nunca apareceu nada...

Muitas vezes enviam-nos determinadas questões, nós respondemos e nada acontece do lado de lá. Eu entendi aquilo apenas como uma necessidade que o Sr. Diretor da Polícia Judiciária Militar, se calhar, encontrou do lado de lá, verificou que não teve uma resposta efetiva e entendeu que, exatamente na dependência hierárquica que tinha, devia fazê-lo por esta linha, porque, normalmente, para estes efeitos, a Polícia Judiciária Militar relacionava-se diretamente com o Exército.

Agora, certamente, porque entendia que não estava a surtir efeito o seu relacionamento normal solicitou que fizéssemos essa diligência, e eu fi-la.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Tenente-General, foi-nos relatado que tiveram, inclusivamente, de acordar o Sr. General Rovisco Duarte, porque a EOD não respondeu em tempo.

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Também ouvi isso. É um facto! O que significa que nem as minhas diligências junto de... Ou, então, houve dúvidas sobre quem é que tinha de proceder à atribuição da ordem para que essa equipa comparecesse.

Mas, como sabe, as equipas EOD são um meio escasso e admito que – e estou habituado a isso – ter forças em prontidão durante 24 horas ou sucessivamente é muito complicado e elementos escassos, como são o caso dos das EOD, ainda é mais difícil.

Portanto, provavelmente, essas equipas não estariam imediatamente disponíveis, ou houve dúvidas sobre quem é que tinha de tomar essa decisão, tendo em conta que é um elemento, efetivamente, muito sensível e que tem de estar disponível para outras situações.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Apesar do seu contacto já percebemos...

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Sr. Deputado, se me permite, o meu contacto foi feito, e eu não posso precisar exatamente quando, mas lembro-me que estava...

A noção que eu tenho é que houve um contacto quando eu estava fora do País a acompanhar o Sr. Ministro, provavelmente à Madeira para ir às ilhas Selvagens, e, creio, poderá ter sido nessa altura, por volta de setembro, é por aí que vejo que possa ter sido, dentro da reconstituição que fiz, porque me lembro que estava fora do País, mas não sei se foi exatamente nessa altura

ou se foi noutra, mas sei que estava fora e, portanto, foi ainda a uma distância considerável dessa situação.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Tenente-General, foi-nos relatado aqui ontem pelo Sr. ex-Diretor da PJM que ele lhe telefonou de manhã, pelas 9 horas, a informar que teriam recuperado aquele que seria o material furtado em Tancos e que o Sr. Tenente-General tinha dado instruções para se proceder à elaboração de um comunicado de imprensa em conjunto com o gabinete do Sr. Ministro.

É assim ou não?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Sr. Deputado, não foi exatamente isso que eu ouvi aqui, perdoe-me a expressão.

O que eu ouvi, aqui, foi que houve um contacto para mim, e eu confirmo, e que, após esse meu contacto, passado algum tempo, recebeu um contacto do Sr. Ministro, que eu confirmo. Confirmo também que tive uma reunião com o Sr. Ministro no gabinete. As horas exatas não as consigo dizer, mas poderei dizer que terá passado uma hora, uma hora e picos, daí eu dizer que não sei dizer onde é que estava o Sr. Diretor da PJM quando me telefonou. Terá sido efetivamente por volta das 9 horas, porque o Sr. Ministro terá chegado – porque, geralmente, chegava entre as 9 horas e as 9h e 30 minutos – pelas 9 horas e 15 minutos ou 9 horas e 20 minutos e eu ter-lhe-ei falado, ele terá contactado.

Uma hora ou uma hora e picos depois tivemos essa reunião e eu tenho um documento, um *e-mail*, que me foi enviado pelo Sr. Coronel Estalagem com o comunicado – e já vou a essa questão – por volta das 11 horas e 27 minutos – isto só para ter uma noção. Aliás, posso precisar neste documento que, creio, também não posso deixar este documento pelas mesmas razões.

Relativamente à questão...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Tenente-General, peço desculpa de o interromper, mas esse documento consta do processo?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Sim.

Relativamente à questão da autoria de quem pediu ou de quem não pediu o comunicado, essa questão foi levantada pelo Sr. Diretor. A questão de que se deveria fazer um comunicado, isso veio da conversa e eu não sei se quem falou primeiro foi o Sr. Diretor ou se foi o Sr. Ministro, ou se fui eu, não consigo dizer.

Mas esse assunto foi ali aflorado e pôs-se a hipótese de ser a Procuradoria-Geral República ou a Polícia Judiciária. Contudo, entre a PJ e a PJM entendemos que seria dado à PJM, porque foi quem recuperou o material. Foi sugerido pelo Sr. Diretor que fosse o ministério e, então, o Ministro disse que não seria o Ministério nem o Gabinete do Ministro, porque isso não faria qualquer sentido, pois ou era a Procuradoria-Geral da República, ou a PJ ou a PJM.

Entenderam que deveria ser a PJM e aquilo que se disse, sendo a PJM, foi que se fosse necessário algum apoio técnico do nosso assessor de imprensa poderíamos fazê-lo. Foi esta a conversa.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Tenente-General, entenderam significa que o Sr. Ministro decidiu que era a PJM. Ou não?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — O Sr. Ministro numa coisa destas não tinha de decidir, na minha opinião, porque a dependência funcional, para efeitos da investigação, era da Procuradoria-Geral da República.

Portanto, o Sr. Ministro apenas se disponibilizou, numa perspectiva técnica, tática, de apoio logístico, digamos assim, de quem depende hierarquicamente, para o Gabinete apoiar tecnicamente o porta-voz, se houvesse alguma dificuldade.

A decisão seria sempre do Sr. Diretor ou da Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República ou do procurador que superintendia o processo.

Agora, como sabemos, um comunicado tem de ser feito com alguma celeridade e, portanto, se entenderam que era... Agora, não há, propriamente, uma decisão tomada; foi aflorado na conversa, foi sugerido que fosse o ministério a fazer e nós dissemos que não, que não fazia sentido ser o ministério a fazer; o máximo que podíamos fazer era apoiar tecnicamente o assunto.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas ontem aquilo que nos foi dito foi que tinha sido dada instrução pelo Sr. Ministro à PJM para fazer o comunicado.

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Sr. Deputado, eu ouvi aqui muitas coisas ontem... Aquilo que eu estou a dizer é o que eu assisti. Sobre o que diz o Sr. Diretor da PJM, cada um é responsável pelas declarações que faz. Eu estou a dizer que foi isto que se passou.

Eventualmente, eramos três pessoas e, eventualmente, o Sr. Deputado poderá perguntar ao terceiro elemento se se lembra disso. Não sei.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Qual foi então a colaboração que o Gabinete deu na elaboração do comunicado?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Isso não tive oportunidade de verificar.

Não sei, sinceramente. Não falei.

Sei que nos enviou por volta das onze e tal esse comunicado, mas não tenho conhecimento de algum... Também lhe digo que já ouvi coisas e que a substância do que está no comunicado nunca seria, de certeza, aventada por um assessor de imprensa. Seria mais na forma como o comunicado seria feito, obviamente.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Qual era o estado de espírito nessa manhã? Era de felicidade pela recuperação?

O Sr. Ten. Gen **António Martins Pereira**: — Penso que, de uma forma geral, o estado de espírito era positivo. Era algo que pendia sobre a cabeça de todos os portugueses, uma potencial ameaça, digamos assim, de algo e até uma certa quase vergonha de isso ter acontecido. O facto de aparecerem as armas obviamente foi algo importante e que despertou alguma alegria na maioria das pessoas com quem eu contactei nesse dia.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas nessa reunião deram os parabéns ao Sr. Diretor da Polícia Judiciária Militar?

O Sr. Ten. Gen **António Martins Pereira**: — Não posso precisar em que termos, mas é provável que sim.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Falou-se também em condecorações nessa reunião ou foi posteriormente que essa questão se levantou?

O Sr. Ten. Gen **António Martins Pereira**: — Sr. Deputado, sobre isso tenho uma opinião muito própria e sou muito exigente nessa questão.

Tudo o que era condecorações, louvores passava normalmente por um crivo de um adjunto e pelo Chefe de Gabinete. E, sobre cada uma delas, falava com o Sr. Ministro na perspectiva de qual era a intenção e se aquilo que era efetivamente proposto correspondia ou não correspondia.

Não foi falado nada disso. Nem era momento para se falar numa coisa dessas.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas sabe que foi atribuída a Medalha da Defesa Nacional na sequência desta recuperação ou não?

O Sr. Ten. Gen **António Martins Pereira**: — Ouvei isso depois. Não foi no meu período, não tenho qualquer conhecimento disso específico. Ouvei nalguns locais... Agora estou a pensar se ouvi no local de que não posso falar!

Mas li sobretudo na comunicação social. Isso li, efetivamente. Inclusive sobre outros memorandos e de outras coisas, etc. Mas não tive conhecimento específico disso.

Como imagina, a minha função a partir de 15 de janeiro estava noutra lado. Obviamente, tendo eu tomado parte, impunha-se algum afastamento até para que a minha sucessora pudesse desenvolver a sua atividade sem qualquer cortina, digamos assim.

Claro que me disponibilizei para um apoio normal e cordial, para explicar fosse o que fosse, para ir buscar algum histórico de algum processo, mas houve algum afastamento da minha parte. Até porque a minha era uma função nova também, algo absorvente e tinha de me preocupar mais com a função que estava a desempenhar nesse momento, uma vez que faltava alguém naquelas funções há cerca de um mês ou dois.

Portanto, tinha eu também ali muito que tratar.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas nessa reunião, o Diretor-Geral contou-vos como foi o processo de recuperação?

O Sr. Ten. Gen **António Martins Pereira**: — O Sr. Diretor não especificou, melhor, não tenho a noção de que especificasse exatamente como é que as coisas foram. Disse que foram encontradas em determinada zona e que, depois, foram transportadas para Santa Margarida.

Não me lembro, na verdade, se nos disse inclusive que falou — como disse ontem — ou terá falado com o General Chefe. Não consigo precisar, não me lembro disso.

Não foi uma reunião... Não tínhamos muito tempo para estar com o Sr. Diretor, até porque o encontro não estava previsto em termos de agenda, logo aquilo foi, de facto, quase uma... Ele veio, mais uma vez, de uma forma muito rápida e furtiva. Falou com o Sr. Ministro, falou comigo, disse-nos que efetivamente o material tinha sido encontrado e que tinha ido para Santa Margarida.

Já me foi feita a pergunta aqui se nos falou da questão da PJ ter sido barrada. Não me lembro disso. Não foi falado.

Falou-se efetivamente do comunicado. Foi a questão que fundamentalmente se tratou nesse momento que estivemos juntos.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas sabia nessa altura que o Diretor da PJM não tinha comunicado ao Ministério Público a recuperação?

O Sr. Ten. Gen **António Martins Pereira**: — Não, não sabia.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Soube também, nessa altura, relatou-nos ainda há pouco, que havia material que ainda não tinha aparecido. Pode explicar um pouco?

O Sr. Ten. Gen **António Martins Pereira**: — Sim. Não é que havia material, fui muito claro sobre isso.

Já nessa altura nos foi comunicado que faltariam... A única questão que tinham de ver... Aquilo estava a ser verificado pela equipa que lá ficou para se ter uma noção do material que foi recuperado... E tinham uma perceção de que, efetivamente, as munições de 9 mm não estavam lá.

Se me pergunta se esse conhecimento foi de uma verificação das armas no local ou se foi de conhecimento que tiveram quando tiveram a informação por parte do informador não lhe posso responder.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Falou alguma vez com o adjunto militar do Sr. Primeiro-Ministro sobre esta matéria?

O Sr. Ten. Gen **António Martins Pereira**: — Desculpe, sobre esta matéria... Sobre a recuperação das armas e da reunião que tive...?

É provável que sim.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E o que é que relatou ao Sr. Adjunto Militar do Primeiro-Ministro?

O Sr. Ten. Gen **António Martins Pereira**: — Creio que por volta... Creio que foi quando saiu na *Sábado* uma indicação sobre o documento. Foi aí que me falou sobre o que era isso, se confirmava que o dizia o documento tinha a ver com aquilo que estava na *Sábado* ou não.

Falámos sobre isso. Encontrámo-nos e falámos um pouco sobre isso.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Tenente-General, tenho de lhe pedir um pouco mais de detalhe por uma razão: como sabe, o Sr. Primeiro-Ministro, informou o País que tinha sido recuperado todo o material que havia sido furtado.

Quero saber onde é que o Sr. Primeiro-Ministro foi buscar essa informação.

O Sr. Ten. Gen **António Martins Pereira**: — Aquilo de que informei o Sr. Deputado foi de que tinha falado com o assessor do Sr. Primeiro-Ministro sobre a questão do documento e não sobre o material que tinha sido recuperado.

Sobre isso nunca me lembro de ter falado com o assessor do Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Terá então o Sr. Ministro da Defesa?

O Sr. Ten. Gen **António Martins Pereira**: — Não tenho conhecimento disso.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Voltando à questão do Sr. Assessor Militar do Primeiro-Ministro, o que é que lhe relatou então sobre a reunião que tinha tido com o Sr. Diretor da Polícia Judiciária Militar e com o Sr. Major Vasco Brazão?

O Sr. Ten. Gen **António Martins Pereira**: — A pergunta que me foi feita foi se o documento que era aventado na *Sábado* tinha efetivamente alguma coisa a ver com o documento que surgiu dessa reunião, o

apontamento. E eu disse-lhe que sim. Do que ali estava, havia questões que tinham a ver com aquele documento, mas, nessa altura, não publicaram qualquer parte do documento, que me lembre.

Não conheço propriamente esse artigo da *Sábado*. Lembro-me de que falava de passagens do documento e eu disse: «Há alguns aspetos que sim, da forma como são falados não é assim exatamente». Porque, depois, a forma como tinham — segundo ele me disse, porque não me lembro de ver esse artigo —... E foi isso de que falámos.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Portanto, o Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro estava informado deste documento a partir dessa altura. É isso? Quando é que foi, então, essa conversa?

*Pausa.*

O Sr. Ten. Gen **António Martins Pereira**: — A *Sábado* terá saído no dia 11 de outubro, talvez...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — De?

O Sr. Ten. Gen **António Martins Pereira**: — 11 de outubro de 2018... E foi nessa altura que falámos sobre isso.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Tenente-General, antes dessa data nunca falou com o assessor militar o Primeiro-Ministro sobre esta matéria de Tancos? Nunca?

O Sr. Ten. Gen **António Martins Pereira**: — Que me lembre, não, sinceramente.

Conheço o General Tiago Vasconcelos há muitos anos. Fui substituí-lo no lugar, como sabe.

Falámos na altura e acordámos para nos encontrarmos só que ele ainda era, aliás, Inspetor-Geral do Exército. Tentámos, na fase em que ele era Inspetor-Geral do Exército, encontrar-nos, mas não conseguimos por questões de agenda.

Vimos a encontrar-nos bastante mais tarde para falarmos das questões que me diziam até mais respeito e, mesmo nessa altura, não me lembro de ter falado nessa questão de Tancos.

A única altura em que falámos foi exatamente por causa desta pergunta que foi feita, proveniente da questão da *Sábado*.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E com o anterior adjunto?

O Sr. Ten. Gen **António Martins Pereira**: — Com o Sr. Vice-Almirante Montenegro posso ter trocado qualquer questão, mas numa perspetiva de «isto não anda ou deixa de andar». Só nessa perspetiva, nunca houve um pedido formal... Não me lembro, sinceramente, de acontecer esta conversa especificamente, mas podemos ter falado da questão de Tancos, em si.

Especificamente disto, daquilo ou daqueloutro ou desta questão, nem fazia qualquer sentido, porque esta questão surgiu em outubro de 2018.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — 2017.

O Sr. Ten. Gen **António Martins Pereira**: — 2017, perdão.

Não, esta questão surge em 2018. O reaparecimento e a questão... De facto, a reunião dá-se em 2017, mas ela está, para todos os efeitos adormecida, até 2018.

De facto, não me lembro de ter falado sobre isto.

Esta reunião, Sr. Deputado, deu-se e findou-se ali! A ideia foi a de ficar à espera do que viesse da Procuradoria-Geral da República. A conversa que houve entre mim e o Sr. Ministro sobre a questão desta reunião foi assim.

Houve outros assuntos prioritários que foram avançando, nunca veio mais nada, nunca mais se falou de mais nada. É isto. E eu, entretanto, também saí.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas, o Sr. Tenente-General, ainda há pouco, chamou a atenção para a questão do segredo de justiça. Sabia que a lista do material recuperado e do material furtado estava em segredo de justiça, ou não?

O Sr. Ten. Gen **António Martins Pereira**: — Sim. Aliás, por acaso não sabia! Diga-se de passagem, estava em segredo de justiça porquê? Tinha saído num documento... Certo, fazia parte de um processo, mas se estava em segredo de justiça ou não eu não sabia! Nem sabia que o processo estava em segredo de justiça! Sinceramente, não sabia! Vim a saber agora.

Aliás, tivemos de perguntar quando me foi determinado, quando a minha secretária recebeu a indicação de que iria ser convocado para esta inquirição — não o fiz antes, enquanto não tivesse uma indicação positiva de que iria ser inquirido. Embora estivesse previsto, li isso em vários sítios. Mas não havia lista nenhuma sobre a qual eu pudesse dizer: «Olhe, vou inquirido...»

A partir do momento em que houve um contacto com a minha secretária, ainda não tinha nenhum documento, falei com o meu advogado

para verificar se efetivamente estaria ou não em segredo de justiça e só aí é que tive conhecimento de que tudo aquilo que disse estava em segredo de justiça. Que suspeitava e que tive algum cuidado, obviamente!

No dia 11 de outubro, por exemplo, ainda não tinha estado a prestar declarações!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Tenente-General, mas tem noção de que o Sr. Diretor-Geral da PJM violou o segredo de justiça ao revelar ao seu Chefe de Gabinete e ao Ministro da Defesa o material que tinha sido recuperado e o que não tinha? Ou não tem, neste momento, essa noção?

O Sr. Ten. Gen **António Martins Pereira**: — Aquilo que o Sr. Diretor da Polícia Judiciária Militar disse foi que, efetivamente, o material, na opinião dele, terá sido recuperado praticamente todo, aquilo de que tinham detetado a falta foi isso.

Quer dizer, todos sabíamos da indicação que havia, até de um jornal espanhol, etc., munições de 9 mm e isso apareceu também em jornais nacionais. Para nós, não era... Não podia manifestar desconhecimento de que as munições de 9 mm tinham sido roubadas.

Se estava em segredo de justiça ou não, eu não sabia. Não sei se o Sr. Ministro sabia, creio que não também.

Que ele pôs em causa algo do segredo...

... que ele pôs em causa algo do segredo de justiça, não me parece.  
Mas...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Tenente-General, a questão é mesmo essa. É que ainda há pouco nos disse que quem dirigia a investigação era o Ministério Público, que era do Ministério Público que dependia funcionalmente a PJM, mas, pelos vistos, a PJM achou que, neste caso, devia responder ao Sr. Ministro da Defesa e ao Sr. Tenente-General.

Aquilo que acabamos por constatar é que não só lhe deu informações sobre o que tinha sido, efetivamente, recuperado como, depois, no memorando, ainda lhe dizem como é que o fizeram, num processo que está sob segredo de justiça e que a Polícia Judiciária Militar nem devia estar a investigar.

O Sr. Tenente-General não se apercebeu de nada disto?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Sr. Deputado, da maneira como o senhor está a falar, não me apercebi disso. Não me apercebi efetivamente que havia uma comunicação de algo que estava em segredo de justiça propriamente. Ele manifestou...

Era algo, digamos assim, importante recuperar as armas, ninguém lhe perguntou se efetivamente recuperou todas ou não. Informou isso, disse «parece que só faltam estas» e tomámos boa nota.

Dali não saiu para mais lado nenhum. Não passei isso para lado nenhum.

Como lhe disse, é evidente que temos a noção de que tudo o que se passa na investigação não deve ser do conhecimento. A necessidade de conhecer é fundamental. Não deve ser do conhecimento de terceiros, obviamente!

Mas não posso tapar a boca às pessoas. Se me perguntar assim: «Disse isso para algum lado?» Que me lembre não. Não escrevi isso em lado nenhum, a não ser bastante mais tarde quando veio informação do Exército também, creio eu. E vi isso escrito agora nos relatórios.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Quem tinha efetivamente a possibilidade de autorizar ou não aquele comunicado era o Ministério Público, que era quem tinha a direção da investigação, mas aquilo que acaba por acontecer é que tem o Diretor da PJM a pedir autorização ao Sr. Ministro e a sair o comunicado.

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Sr. Deputado, já lhe respondi há bocadinho dizendo que não houve propriamente um pedido de autorização ao Sr. Ministro.

Houve uma sugestão do Diretor da Polícia Judiciária Militar de que o Ministério fizesse um comunicado e nós dissemos que não, porque efetivamente não era um assunto que deveríamos... Ainda que a única coisa que esse comunicado dissesse era que tinham sido encontradas as armas, praticamente, e que havia diligências, etc., a ser seguidas. É o que está no comunicado.

No entanto, não foi dada, como lhe disse, indicação nenhuma do Sr. Ministro para fazer este ou outro comunicado. Não foi! Foi sugerido pelo Sr. Diretor que fosse feito um comunicado pelo Ministério e o Ministro entendeu que não. E eu também lhe dei a indicação de que não devíamos ser nós a fazer isso, obviamente.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Como sabe, o Sr. Diretor da Polícia Judiciária Militar disse que foi instrução do Ministro o fazer esse comunicado.

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Não sei se ele entende que, quando faz uma sugestão e alguém diz que não, isso é uma indicação. Se assim o entender, não o posso pôr em causa.

Mas efetivamente não houve uma determinação do Sr. Ministro no sentido de ser *A* ou *B* a fazer. O que houve foi uma negação e eu, de facto, também colaborei nisso, porque, de facto, não tinha nada a ver connosco. Ainda que tal pudesse ser entendido no âmbito do apoio técnico e administrativo para efetivar o documento que eles entendiam...

Também não sei se eles tinham autorização ou se já tinham coordenado isso com a PJ. Não tinha essa noção. Não nos disseram nada disso. Mas, obviamente, nós não estávamos, eu não estava... E o que sugeri ao Sr. Ministro foi que efetivamente também não o fizesse.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Tenente-General, depois, não se recorda de como é que foi marcada a reunião do dia 20 de outubro, mas ela foi marcada, reuniu-se e foi, nessa altura, informado de que a informação que tinha sido passada não correspondia à verdade e de que não tinha sido um telefonema anónimo, tinha sido um informador. É assim, não é?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Sr. Deputado, logo que, no dia 18, houve um telefonema da Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República para o Sr. Ministro, ficámos com a indicação de que houve irregularidades no processo.

Portanto, aquilo ali foi, como digo, mais uma explicação de que essas irregularidades que aconteceram foram no sentido de garantir uma oportunidade e de evitar males maiores, na perspetiva da segurança da família. Foi isso que me falaram.

Obviamente, optámos por esperar o que viesse da Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República, porque estar a fazer uma comunicação... Aliás, fizemos muitas para o Ministério Público! De tudo o que nos pareceu que não estava em condições ou que seriam situações irregulares, fizemos essas

comunicações, ou participações, como quiser referir, para o Ministério Público.

Esta era uma situação que já era do conhecimento da Sr.<sup>a</sup> Procuradora. Não tínhamos a noção exata de quais eram as irregularidades. Não fazia muito sentido estarmos a «chover no molhado», até numa perspetiva de tutela, com indivíduos que eram autoridades de polícia criminal.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas, Sr. Tenente-General, sendo assim, quando a reunião do dia 20 foi marcada, já o senhor sabia que havia um problema e que havia irregularidades da PJM?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Tínhamos a indicação da Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República...

A questão de saber exatamente isto... Eu sabia do telefonema da Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República e que, de facto, havia, por parte da PJ...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Da PJ ou da PJM?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Não, da PJ, repito, da PJ.

Sabia que não ficaram contentes, que havia uma maior crispação, efetivamente, e que acusariam a PJM de irregularidades. Não sei se foi porque não lhes foi dito para serem eles a irem buscar as armas e foram os indivíduos da PJM. Foi isso que, inicialmente, ficou do que aconteceu.

Se, efetivamente, houve irregularidades ou não, se os outros se adiantaram mais depressa... Ponderar isso? Quem devia ponderar isso, e estava previsto que o fizesse, após o telefonema, porque teria ficado, mais ou menos, que viria algo mais *a posteriori*.

Diz-me que tinha conhecimento de que houve irregularidades no processo. Não. Tivemos conhecimento de que efetivamente houve uma indicação da Sr.<sup>a</sup> Procuradora de que teria havido irregularidades, que a PJ não teria sido avisada em tempo, etc. Isso é verdade.

Mas que isto consubstanciava irregularidades no processo, quando estamos a falar com autoridades de polícia criminal, sinceramente, não valorei esse aspeto. Entendi eu, e depois de falar com o Sr. Ministro, que, se calhar, era melhor esperarmos por aquilo que viesse da Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Não é isso, Sr. Tenente-General, porque, entretanto, recebeu-os e eles contaram-lhe aquela história de que havia uma encenação, ou seja, que tinha sido uma pessoa a telefonar, quando, na verdade, tinha sido um investigador. Porque é que não tomou nenhuma medida, na sequência dessa informação, como relatar ao Ministério Público?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Sr. Deputado António Carlos Monteiro, peço imensa desculpa, mas nunca disse aqui que me contaram uma história de encenação. Isso é uma criação sua, desculpe.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Então, repita aquilo que lhe disseram, se faz favor.

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Repetirei até à exaustão.

Aquilo que vieram ali fazer foi exatamente comunicar que havia uma crispação entre as duas polícias e que a razão pela qual o teriam feito foi porque efetivamente não... Foi por requisitos do informador, para que

garantissem a oportunidade de encontrar as armas, e por uma questão de segurança da família que não o tinham feito. Portanto, não o fizeram.

Perante essa situação, aquilo que lhes disse foi: «Tentem diminuir essa crispação, inclusive, através do oficial de ligação que lá têm. Tentem que essa coordenação seja feita e expliquem minimamente porque é que esta situação aconteceu».

Penso que, se assim fosse, se a razão fosse essa que alegaram na altura, faria todo o sentido que a PJ também ficasse minimamente satisfeita com esta explicação e que a situação melhorasse em termos de tensão entre as polícias para que tudo continuasse no sentido de se chegar ao fim deste processo que já ia longo.

Foi isto que lhes disse. É isto que tenho vindo a repetir até à exaustão sobre o que aconteceu.

O Sr. Deputado continua a dizer que me contaram uma encenação. Eu digo que não me contaram encenação nenhuma. Não detetei encenação nenhuma, não verifiquei encobrimento nenhum. O que verifiquei foram, na minha opinião, meras táticas de oportunidade de utilização de um informador com a oportunidade devida para o cumprimento daquilo que entendiam que deviam efetuar.

Na altura, no dia 18, não nos falaram, não me falaram, pelo menos, eu não tive conhecimento, de nada, se tinham ou não tinha falado à PJ. Viemos a saber, pelo telefonema da Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República e viemos a verificar que, efetivamente, isso aconteceu no dia 20 — eu vim a verificar.

Falei disso com o Sr. Ministro. Não digo, não posso dizer que não lhe enviei ... Não me lembro se efetivamente enviei ou não enviei, se mostrei ou não mostrei o documento. Já disse isto várias vezes e continuo a dizer.

Falámos do assunto e, nomeadamente, dentro do conselho que poderia dar, se é que efetivamente até houve algum conselho, houve uma conversa, a ideia era a de que iríamos esperar pelo que viria da Procuradoria-Geral da

República. Não era nada de novo, era algo que já sabíamos, iríamos verificar o que era.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Tenente-General, não perguntou pela prisão dos criminosos?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Sr. Deputado, essa questão estava a ser naturalmente desenvolvida, iria ser desenvolvida, acho eu, no âmbito do processo.

O informador não estava indiciado como um criminoso. No documento que me foi mostrado e do que eles nos disseram, ele não foi indiciado como um criminoso, apenas como informador.

Em todo o documento, não aparece «indivíduo criminoso» que executou ou não executou tal como tem sido sistematicamente colocado em cima da mesa e nalgumas preleções, no sentido de a encenação e do encobrimento. Efetivamente, no documento, e do que me falaram, nunca tocaram no assunto de um autor! Era um informador!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas não perguntou se tinham alguma pista, se iam conseguir prender os criminosos?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Sr. Deputado, já lhe disse, e até olhando para o documento e para as notas que tomei, primeiro, que a reunião foi muito rápida. A minha necessidade de conhecer sobre o assunto era mínima. O que pretendia... Não tinha de saber! Foi sempre esta a preocupação que houve quer no gabinete, quer no Sr. Ministro, ou seja, a de não termos conhecimento.

Se o Sr. Diretor da Polícia Judiciária Militar vem expor um problema, uma entidade que está sob tutela do Sr. Ministro, eu comunico ao Sr.

Ministro que o devia receber, e devia. A partir daí, não faz muito sentido que faça mais perguntas sobre o assunto. Não faz mais sentido!

Não quis saber, não quero saber, acho que não devo saber sobre o que é que se está a passar num inquérito. Tenho a perfeita noção disso, assim como também tenho a perfeita noção de que, se entendêssemos que estivesse devidamente especificado que havia crimes... Estávamos a falar de autoridades de polícia criminal que são aquelas a quem nós, em primeira instância, enviamos qualquer assunto do foro criminal que se passe no âmbito do Ministério.

É com estas entidades que falamos. E se no dia 21 ou 22 de outubro, ou mais à frente, tivessem acontecido algumas situações, naturalmente que as enviaríamos para a Polícia Judiciária Militar.

Portanto, não houve propriamente uma desconfiança nesse sentido. Não houve! O que houve foi uma comunicação da Procuradoria-Geral da República de que poderá ter havido irregularidades e que a PJ efetivamente tinha essa noção.

Mas temos a opinião do lado de cá, ou seja, que efetivamente, depois, no dia 20, a ideia dessa crispação foi no sentido de resolver o assunto com oportunidade. Nunca soubemos e aí nem eu tive conhecimento de que eles não tinham passado completamente a informação à PJ ou que tinham passado zero! Não tinha indicação disso!

Não houve indicação de que havia uma investigação paralela! Não houve indicação nenhuma nessa altura, ainda que sistematicamente queiram pôr isso em cima da mesa. Efetivamente, não houve!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Tenente-General, há algumas coisas que, confesso, tenho dificuldade em compreender.

Percebo a preocupação em defender ou proteger o Governo, mas, com toda a franqueza, tudo isto aconteceu debaixo do vosso nariz e com o seu conhecimento.

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Sr. Deputado, peço imensa desculpa, mas não vou responder a essa pergunta. É uma pergunta?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — É!

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Então pode repeti-la, se faz favor?

Sr. Presidente, posso pedir que não contabilize o tempo? É que não entendi que fosse uma pergunta. Entendi quase como uma acusação e, portanto, entendo que deve ser feita a pergunta de novo. Pode ter sido um mau entendimento da minha parte.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Ó Sr. Tenente-General, com toda a franqueza, acho que havia matéria suficiente nas informações que o senhor tinha para haver um dever de agir diferente. Estou a perguntar-lhe se não sente que tinha um dever de agir diferente.

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Agora percebi a pergunta, Sr. Deputado. Obrigado.

Aquilo que lhe disse e volto a dizer é que esse assunto foi ponderado na conversa que tive com o Sr. Ministro. Tínhamos a indicação de que a Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República estava ciente de que havia, poderia haver, irregularidades.

Naturalmente, não tendo nós a noção exatamente do que se tinha passado, se o que ali estava, na minha opinião, não era suficiente — e como

digo é a minha opinião —, não era e não foi, e tanto que não foi que, da nossa conversa, ficámos à espera que viesse algo mais.

Portanto, não faria qualquer sentido enviar algo para o Ministério Público ou para a Procuradoria-Geral da República sobre algo de que a Sr.<sup>a</sup> Procuradora estava ciente e sobre o qual já nos tinha alertado, tendo ficado, inclusive, de mandar algo com mais detalhe. Obviamente!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Nunca lhe ocorreu enviar à Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República os documentos que lhe foram entregues pelo Sr. Coronel Luís Vieira e pelo Sr. Major Vasco Brazão?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Não, porque teoricamente eles nunca me deveriam ter entregado aquilo e até me disseram para destruir os documentos. Como é evidente, dentro da minha necessidade de conhecer, devia tê-los destruído e só não o fiz porque estou cá há 40 anos e, se calhar, se os tivesse destruído estava numa situação mais complicada do que estou agora.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Tenente-General, percebo, mas está sempre a tratar esta questão como sendo uma operação militar, quando, no fundo, é uma investigação judicial. Percebe a minha incompreensão?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Nunca tratei isso como uma operação militar!

O que lhe estou a dizer é que a recuperação foi um ato que eles executaram, após a investigação, e foi uma situação de oportunidade. Foi isso que entendi. Toda a gente entendeu, quer perante o comunicado, quer perante situações que vieram a público depois, que efetivamente aquilo tinha

sido uma oportunidade com base em informações provenientes de um informador que não estava identificado, pelo menos, nesta documentação que recebi, e do que me disseram, como autor de qualquer crime. Isso veio a aparecer *a posteriori*.

Portanto, nessa perspectiva, foi este o nosso entendimento. Digo-lhe isto com toda a sinceridade. Com toda a minha sinceridade intelectual é o que quero dizer. Foi isso que entendi intelectualmente.

Já disse aqui, e volto a dizer, desafio... E algumas pessoas, depois, viram esse documento, e chegaram de imediato à mesma... Pessoas que seriam contundentes comigo, se verificassem que tinha prevaricado!

A sua opinião certamente será outra, assim como a de outros que eu também ouvi, mas efetivamente essas pessoas chegaram exatamente a esta mesma posição.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Tenente-General, disse-nos aqui, há pouco, que o Sr. Ministro era muito interventivo. O que é que queria dizer com isso?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Não me lembro de ter dito isso. Se me quiser precisar... Quando diz que eu disse que «era muito interventivo»... Nunca me lembro de ter dito isso aqui.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Ainda há pouco, tentando descrever, na resposta ao Partido Socialista, se o Ministro tinha, alguma vez, tido alguma intervenção extravasando matéria da sua competência.

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Eu disse exatamente o contrário, Sr. Deputado!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Um vez que...

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — O que lhe disse foi que em situações em que nos apercebemos que havia irregularidade, de imediato, informávamos o Ministério Público desse assunto.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas estava a falar-se da questão da hierarquia militar.

O Sr. General, ex-Chefe, Carlos Jerónimo contou-nos aqui a razão pela qual ele se tinha demitido e apontou, aliás, ao Sr. Tenente-General um telefonema que lhe tinha feito perder a paciência e apresentar a demissão. Pode contar-nos o que aconteceu?

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Eu tinha feito um telefonema?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Para o Chefe de Gabinete dele.

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Não fiz um, fiz, talvez, dezenas nesses dias! Assim como também falei com o Sr. General, numa oportunidade que tive, num almoço, no sentido de que o Sr. General falasse com o Sr. Ministro. Isso é verdade, mas no sentido de falar.

Assim como falei com o Sr. Chefe de Gabinete várias vezes e mandei um ofício, determinado e acordado o seu teor com o Sr. Ministro, obviamente. Sugeri ao Sr. Ministro que não fizesse qualquer despacho sobre o assunto, mas isso é a atividade normal de um gabinete, como imagina.

Havia uma situação crítica que estava a ser ponderada de um dos lados de uma forma e do outro de outra. Estava a ser valorada de um lado e não valorada do outro. O dever dos chefes de gabinete é tentar que as duas posições não é que se conciliem, mas que se compreendam mutuamente, pelo menos. Isso é um facto.

Se o Sr. General ficou chateado com isso, tenho grandes dúvidas, porque a conversa que houve com o Chefe de Gabinete foi sempre no sentido de tentarmos criar uma situação de compreensão mútua das posições. O que é obrigatório entre chefes de gabinete! Nunca tal me foi dito e já falei montes de vezes como Sr. General Jerónimo.

Se houve conversas com outros generais, não sei, mas comigo não houve. A não ser essa de, num almoço onde estivemos juntos, lhe ter sugerido que, logo no início dessa semana, tentasse falar com o Sr. Ministro. Isso é verdade.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Tenente-General, a competência para nomear comandantes é do Chefe. Foi-nos relatada aqui a pressão para remover um comandante e nomear outro e que isso teria sido a gota de água para o CEME apresentar a demissão, porque essa pressão vinha do gabinete do Ministro e, designadamente, do seu Chefe de Gabinete que tinha falado com o Chefe de Gabinete do CEME, que lhe tinha transmitido isso a que ele responde de forma bastante particular.

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Bem, eu ouvi outras coisas aqui e ouvi a audição do Sr. General Jerónimo e de outros que se referiram a isso e nunca essa posição do Chefe... Ao que ele se referiu foi a um ofício do Chefe de Gabinete.

Efetivamente, como sabe, os ofícios são todos assinados pelo chefes de gabinete, o que não quer dizer que sejam da sua autoria. Em relação a esse

ofício do Chefe de Gabinete tenho de assumir essa autoria. Ele foi enviado e perguntava basicamente que ações é que o Exército entendia efetuar relativamente à situação que se tinha passado no âmbito do artigo que tinha saído, nomeadamente em relação à posição manifestada pelo seu subdiretor, muito em linha com as posições tradicionais de alguns alunos do colégio.

Efetivamente, esse ofício punha a questão: que ações é que o Exército entendia tomar nessa perspetiva? Isso foi-me determinado pelo Sr. Ministro, foi combinado. A ideia era, até, fazer um despacho, mas eu disse: «Não faz sentido fazer um despacho, pergunta-se». Mas isso não quer dizer absolutamente nada. Faz parte da conversa normal, penso eu, entre o nível político e as Forças Armadas. Acontece sistematicamente.

Não se põe em causa o tomar de decisão. Isto porque o que o Sr. Deputado está a dizer é relativamente a uma eventual indicação para exoneração do *A* ou do *B*. Certo?

**O Sr. António Carlos Monteiro (CDS-PP):** — Sim.

**O Sr. Ten. Gen. António Martins Pereira:** — Não era isso que estava escrito no ofício. Não me lembro se alguma vez falei com o Chefe de Gabinete sobre se havia intenção ou não havia. Não sei se isso chegou a falar-se, mas isso não significa que fosse uma indicação do Sr. Ministro para tal.

Isso de pedir cabeças, normalmente não parte dos Ministros, parte de outras zonas à volta em que toda a gente pede cabeças.

Se o Sr. Deputado está a dizer isso, tudo bem, é porque tem a certeza.

Não foi essa a intenção. A indicação foi a de saber que ações é que iam ser tomadas, entre as quais, obviamente, poderia estar a exoneração, a nomeação de outro. Não sei, há outras formas de resolver o problema.

Resolver problemas não significa a exoneração pura, nua e crua de alguém que está no comando! Na minha opinião, normalmente isso não

resolve imediatamente o assunto. Pode ser uma assunção de responsabilidades, pode ser entendido assim, outras vezes é uma fuga para a frente — depende da situação. É caso a caso que temos de ver isso.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. General.

Com esta inquirição, concluimos 4 horas de audição relativas à primeira ronda de perguntas. Havendo manifestações várias para que se faça uma segunda ronda, vou propor, porque o Sr. Tenente-General tem treino militar, mas o Presidente da Comissão não tem, um intervalo de 10 minutos.

Estão suspensos os trabalhos.

*Eram 21 horas e 4 minutos.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

*Eram 21 horas e 23 minutos.*

Srs. Deputados, agora, iniciar a segunda ronda de perguntas, recordando que, diferentemente da primeira ronda, nesta ronda, os parlamentares disporão até cinco minutos para colocar as suas questões de forma sucessiva, sendo que o depoente só responderá no final da ronda e em conjunto a todas as questões.

Assim, peço ao Sr. Tenente-General a amabilidade de ir apontando as perguntas e eu permito-me solicitar, até porque não é humanamente possível fazer de outra forma, que os cinco minutos sejam usados, não para colocar 572 perguntas, mas, sim, para colocar perguntas com alguma parcimónia.

Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, prescindo.

O Sr. **Presidente**: — Bom, nunca tinha vista ninguém corresponder ao meu apelo de modo tão satisfatório – aliás, superando largamente as expectativas.

Srs. Deputados, a Mesa tem a indicação de que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Barata Lopes, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria da Luz Rosinha e o Sr. Deputado João Vasconcelos também prescindem.

Assim, sendo passo a palavra ao Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Obrigado, Sr. Presidente.

Apesar do adiantado da hora, há aqui alguns pontos que eu precisava, ainda, que o Sr. Tenente-General me ajudasse a perceber.

Confesso que não consigo entender alguns lapsos de memória, por parte do Sr. Tenente-General, e algumas respostas usando expressões como «plausível ou não plausível» ou «não confirmo nem desminto».

Aquilo que verificámos, ao longo de todo este processo, é que o Sr. Tenente-General, enquanto Chefe de Gabinete do Sr. Ministro da Defesa Nacional, estava a par da discordância da PJM desde, praticamente, o início. Esteve presente em Tancos no dia 4; sabia do memorando de 4 de agosto, que foi entregue. Soube no dia 18 da recuperação das armas, teve acesso a informação que, no entender da Procuradoria-Geral da República, estava em segredo de justiça, nomeadamente quais eram as armas, ou melhor, qual era o material que tinha sido recuperado e o que não tinha sido recuperado, matéria essa que estava em segredo de justiça.

Teve informação de que havia um informador e que aquilo que tinha sido dito não correspondia à verdade, nomeadamente que tinha sido uma chamada anónima.

O comunicado e esta informação foram discutidos no âmbito de uma reunião com o Sr. Ministro da Defesa, e na presença do Sr. Ministro da Defesa.

Mas, depois, o que constatámos, quando chamámos à Comissão de Defesa Nacional o Sr. Ministro da Defesa Nacional – e o Sr. Tenente-General acompanhava o Sr. Ministro – foi que as respostas que tivemos na Comissão de Defesa Nacional, pura e simplesmente, não correspondiam à verdade.

No dia 18 de outubro de 2017 – e tenho aqui as transcrições, que, aliás, vieram para o acervo desta Comissão de Inquérito –, o Sr. Ministro disse que: «A fonte de informação, quando e recuperado o material militar, é dada através de um comunicado que é, aliás, público e de todos conhecido: o comunicado da PJM.» Ora, sabemos agora que isso não é verdade. O Sr. Ministro soube antes do comunicado, tanto que o comunicado foi discutido com o Sr. Ministro e com o Sr. Tenente-General.

Portanto, quando o Sr. Ministro diz que sabe sempre *a posteriori* aquilo que é feito pela PJM – e se quiser eu leio-lhe o que o Sr. Ministro disse, ou seja, «aliás, não dou instruções diretas ou indiretas à PJM, que, aliás, quando me informa, e bem, o faz sempre *a posteriori* sem me perguntar o que vai fazer ou deixar de fazer, porque é a PJM e porque os planos de ação política não se confundem com os planos de investigação.»

Então, aquilo que nós constatamos, face ao depoimento do Sr. Tenente-General, é que isto não é verdade! E aquilo que me deixa, de alguma forma, perplexo é que, face a tudo isto, o Sr. Tenente-General não tenha achado nada estranho e tenha achado que toda esta matéria podia ser tratada como se de uma operação militar se tratasse, sem cuidar de perceber que era uma investigação judicial que estava em causa.

Mais: aquilo que percebemos, até porque nos foi relatado, é que a principal preocupação da PJM era recuperar as armas custe o que custar, porém, nas minhas palavras, sem olhar a meios, à revelia da Polícia Judiciária e do Ministério Público; que a preocupação do Governo – e o Sr. Tenente-General era chefe de Gabinete do Ministro da Defesa Nacional – foi procurar encerrar o caso o mais depressa possível e que esteve disponível para fechar os olhos a tudo aquilo que foi relatado pela PJM, quer no seu gabinete quer nas reuniões que teve com o Sr. Ministro da Defesa Nacional.

Portanto, com toda a franqueza, o facto de se lembrar de algumas coisas e de não se lembrar de outras causa-nos a maior estranheza e, com toda a franqueza, essas coisas careceriam de esclarecimentos cabais que o Sr. Tenente-General não nos está a prestar nesta Comissão de Inquérito.

Aquilo que o Governo procurou fazer, ocupando o Sr. Tenente-General o cargo que ocupava, foi procurar encerrar este assunto, abafá-lo e, apenas, depois, quando há intervenção posterior, é que percebemos que as coisas foram bem mais graves até do que algum de nós imaginaria e, aliás, temos tido esta Comissão de Inquérito que nos tem permitido ver o ponto a que as coisas chegaram.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Tenente-General, penso que a tarefa de prestar os esclarecimentos às questões que foram colocadas saiu, de facto, mais facilitada, pelo facto de ter sido apenas um grupo parlamentar a colocar questões.

Tem a palavra, para responder, o Sr. Tenente-General.

O Sr. Ten. Gen. **António Martins Pereira**: — Obrigado, Sr. Presidente.

A questão dos lapsos de memória... A memória é a faculdade de lembrar e esquecer, como sabemos, e, portanto, ainda bem que nos esquecemos de algumas coisas.

Fazemos um esforço por tentar lembrar-nos, como é evidente, mas somos humanos e também o Sr. Deputado, certamente, se deverá esquecer de alguma coisa, não sei, mas eu esqueço-me de muitas e, tendo em conta a função que desempenhava, o volume de trabalho e o contexto em que muitas vezes se davam determinadas situações, é natural que não nos lembremos completamente o que é que se passava.

Portanto, a sua caracterização desse aspeto fica consigo e não me vou referir a isso.

Relativamente às afirmações que fez, e atendendo-as como questões, porque, efetivamente, não formulou nenhuma questão, foi fazendo algumas afirmações, vou tentar responder à sua estranheza relativamente a eu não ter detetado ou não ter agido de outra forma.

A primeira questão, relativamente à discordância, ao conhecimento a 4 de agosto, como lhe disse, a 4 de agosto foi mais uma confirmação e, eventualmente, eu não posso precisar... A sua nota de 4 de agosto é relativamente à data do memorando, certamente, e eu não sei se foi a 4 de agosto, mas, penso, poderá ter sido nesse encontro que tivemos onde não foi discutida, propriamente, a questão da competência da Procuradora-Geral da República em atribuir o inquérito à Polícia Judiciária e não à PJM. Foi, sobretudo, discutida a questão de uma maior autonomia da PJ relativamente à ação que estava a desenvolver e que a PJM estava a fazer tarefas que tinham sido acordadas, desde o início, e que lhe iam sendo solicitadas dada a sua proximidade do Exército.

Isso foi efetivo, mas não foi discutido o teor desse memorando, foi uma posição apresentada, não foi efetuada nenhuma proposta, o memorando não estava dirigido, efetivamente, ao Sr. Ministro da Defesa Nacional e,

portanto, posso entender que não foi um documento sobre o qual o gabinete devesse, efetivamente, tomar alguma posição e ajudar o Sr. Ministro a tomar uma posição sobre ele.

Portanto, foi uma reunião mais no sentido de tomarmos conhecimento de que, efetivamente, o Sr. Diretor tinha esse pensamento, mas isso não significa mais nada além disso, na minha opinião, ou seja, que, como disse, sabíamos do memorando, era do nosso conhecimento, desde 4 de julho.

Relativamente a que havia um informador soubemo-lo – ou soube-o eu – no dia 20. Soubemos que, efetivamente, havia um informador que estaria disponível para dar informações sobre a localização das armas e sobre a entrega das armas – e, repito, só o soube a 20 – depois de já terem sido entregues essas armas.

O Sr. Deputado referiu que o comunicado foi discutido e eu vou, mais uma vez, dizer-lhe que, efetivamente, não houve qualquer discussão; a única coisa que houve foi uma sugestão do Sr. Diretor da PJM para que o Ministério, ou melhor, o gabinete do ministro, neste caso, fizesse um comunicado, ao que nos dissemos que devia haver algum equívoco, porque isso não tinha nada a ver connosco, ou seja, teria de ser a PJM, ou a PJ, ou a Procuradoria-Geral da República a fazê-lo e o Sr. Diretor deveria tomar as providências que entendesse nesse campo.

O que sugeri, na altura, devo tê-lo feito, foi que, tecnicamente, podíamos apoiar a feitura desse comunicado, se houvesse necessidade disso.

Por várias vezes, o Sr. Deputado referiu que o meu entendimento foi como se fosse uma operação. Eu só ouvi isso ontem do Sr. Diretor da PJM, que entendeu aquilo como uma operação; eu nunca disse isso!

Eu referi-me ao facto de ter a especialidade de operações especiais por uma razão muito simples: efetivamente, as operações especiais atuam, normalmente, naquele que é chamado o terreno dos outros e, portanto, é necessário, sistematicamente, efetuar uma coordenação muito próxima, mas,

ao mesmo tempo, salvaguardar a segurança das operações que forem desenvolvidas e de quem vai fazer essas operações.

Ora, para que isso seja muito claro – e há também um princípio, que é o princípio do propósito –, isso tem de ser gerido, momento a momento, e é feito com oficiais de ligação.

Então, aquilo que eu disse foi que, efetivamente, achava que essa era a solução que ali estava neste processo, que foi escolhida pela Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República, como a melhor forma para resolver o problema do inquérito, entendendo que haveria aspetos fundamentados, como, creio, que foi referido aqui, suficientemente fundamentados pelos procuradores para que isso acontecesse e assim o decidi.

Ontem ouvi aqui dizer que haveria outras soluções... Eu próprio tive o cuidado de ver, também nestes últimos dias, que soluções é que havia e, como lhe disse, até escrevi um artigo há uns tempos sobre a participação das forças armadas no âmbito da segurança interna que passava, nomeadamente, por ver também essas questões e as dificuldades de coordenação, de ligação – aliás, ainda não existia, na altura, a plataforma de informação.

Portanto, isso é algo que não é anormal e aquilo que eu disse, que me veio à cabeça, na altura, foi: têm lá um oficial em permanência, que é o Sr. Coronel Estalagem, um indivíduo licenciado em Direito, e, portanto, faz todo o sentido que explique e que execute essa atividade o melhor possível.

Alerto também para o facto de a questão de garantir essa coordenação e o melhor possível esta convivência, naturalmente, interessaria a toda a gente, interessaria sobretudo a resolução, o mais rapidamente possível, de um processo, que todos gostaríamos de ver esclarecido, nomeadamente, para responder àquelas perguntas fatais que, muitas vezes, nos eram colocadas a partir muitas vezes até daqui da Assembleia da República, mas que todos sabemos que era impossível responder, como seja: quem é que executou o furto? Em que condições é que ocorreu o furto? Que materiais é que foram

efetivamente roubados? Em que condições? Os materiais foram encontrados são exatamente os mesmos?

Tudo estas são perguntas a que, dificilmente, o Ministério e o gabinete do ministro teriam muita dificuldade em responder.

Portanto, quando o Sr. Deputado diz que a preocupação do Governo foi a de encerrar o assunto de qualquer maneira, não sei... É a posição que o Sr. Deputado tem, mas não foi isso aquilo que eu vivi.

Houve uma preocupação sistemática de respeitar a separação de poderes, de não intervir nessa situação. Quando algo nos era comunicado que se estivesse para além daquilo que seria o normal princípio de conhecer, mesmo atendendo a que, de certa maneira, os processos, normalmente, são públicos — este não seria o caso, obviamente —, mais cedo ou mais tarde viríamos a saber dessa situação, em termos de que, de facto, estava debaixo do segredo de justiça.

Mas o normal é não perturbarmos a investigação que é executada por um órgão de polícia criminal que tem a responsabilidade e que não depende funcionalmente do Ministro da Defesa.

Se, uma entidade da tutela, que foi o caso, entendeu que, por razões que só eles próprios podem explicar, me comunicou que havia, efetivamente, uma crispação forte... E eu senti-os apavorados, de certo modo, com o que podia acontecer, poder-se-á dizer: se calhar, eles eram culpados de alguma coisa...!

Como eu digo, a Procuradora-Geral da República já tinha dito que, eventualmente, haveria irregularidades... Do quê? Exatamente do quê?... Como eu disse, do que me apercebi, não foi possível chegar a outras conclusões que não fosse a de que, efetivamente, algo devia ser ponderado com base naquilo que viesse da Procuradoria-Geral da República.

Portanto, não houve nenhum fechar dos olhos! Houve, apenas, uma ponderação com base em informação que havia e o aguardar serenamente

por que tinha a responsabilidade sobre os processos e que tinha na sua dependência funcional as várias polícias envolvidas, de uma forma ou outra. Ainda que, no caso da PJM, por colaboração institucional com a PJ, o fizesse de maneira a que fosse possível, depois, encetar as ações que se entendessem por convenientes sobre esse assunto.

Portanto, permita-me, Sr. Deputado, com toda a naturalidade e com toda a franqueza, dizer que discordo dessa posição, admitindo que ela possa sempre existir, porque em democracia é assim que agimos.

É, pois, nessa base que darei a minha resposta e se, eventualmente, ainda puder ajudar de outra maneira, estarei à sua disposição.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Tenente-General, muito obrigado pelos esclarecimentos prestados.

Concluída que está a segunda ronda e, não havendo mais inscrições, dou por encerrada a audição, lembrando que teremos a próxima reunião na terça-feira.

*Eram 21 horas e 42 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO